REVISTA OESTE

EDIÇÃO 231 — 23/08/2024

A FONTE DO MAL

O STF deu a si próprio o poder ilegal de substituir as leis do país pelas convicções, os interesses ou os desejos dos ministros. A partir daí, como os frutos da árvore contaminada, tudo o que decide é ilegal

Por J.R. GUZZO

Playlist da edição

Foto: Revista Oeste/Gerada por IA

| EDIÇÃO 231

Um Brasil degenerado

O STF deu a si próprio o poder ilegal de substituir as leis do país pelas convicções, os interesses ou os desejos dos ministros

J. R. GUZZO · 23 AGO 2024

O Brasil está vivendo hoje debaixo de uma árvore envenenada. O Supremo Tribunal Federal perdeu a sua capacidade de aplicar a lei e, com isso, carregou a sociedade brasileira para uma situação de selvageria legal — o país, simplesmente, deixou de viver num sistema de deveres e de obrigações escrito na Constituição Federal e coerente com os direitos universais da pessoa humana. Passou a obedecer, como numa tribo primitiva, ao comando de quem tem a força, e não a razão. O bom princípio do Direito estabelece que uma árvore envenenada só pode produzir frutos igualmente envenenados. É exatamente o caso do STF atual. Deu a si próprio o poder ilegal de substituir as leis do país pelas convicções, os interesses ou os desejos dos ministros. A partir daí, como os frutos da árvore contaminada, tudo o que decide é ilegal.

O Brasil, por força dessa aberração permanente, deixou de ser um Estado de Direito. É o que explica essa multiplicação descontrolada, dia após dia, de violações da legalidade, da ordem e dos direitos individuais do cidadão brasileiro. Viver fora da lei é o "novo normal" imposto ao Brasil pelo STF — e é por isso que você vê esse trem fantasma passando o tempo inteiro à sua frente no noticiário. Pense em alguma coisa ilegal: o STF já fez, está fazendo ou vai fazer daqui a pouco. O último objeto a sair dessa linha de montagem é a descida do Brasil à fossa dos países onde o X não é admitido — Rússia, Irã, Coreia do Norte e coisas parecidas. É mais uma consequência direta das decisões sistemáticas de Alexandre de Moraes para censurar as redes sociais e perseguir os seus usuários. O caso é a cara do Brasil sem lei, onde o veneno só produz veneno.

Elon Musk se recusou a obedecer às ordens de censura de Alexandre de Moraes, do STF | Foto: Patrick Pleul/Reuters

O ministro, que há tempos declarou guerra ao X e a seu proprietário, Elon Musk, mandou a plataforma censurar perfis e entregar dados pessoais de brasileiros que se manifestam nela. Isso é ilegal, e o X se recusou a obedecer a uma ordem ilegal. Moraes, em resposta, ameaçou prender a presidente da empresa no Brasil. Elon Musk, então, anunciou que estava fechando seus escritórios no país; ele não tem necessidade nenhuma de obedecer ao ministro, e não obedeceu. Eis aí, em toda a sua essência tóxica, a árvore envenenada do Supremo. A transformação ilegal da Corte em delegacia de polícia e vara criminal leva à decisão ilegal de censurar. A censura ilegal leva a ordens ilegais contra os usuários do X. As ordens ilegais levam à ameaça ilegal de prisão. A ameaça ilegal leva uma plataforma de comunicação mundial com 300 milhões de contas a sair do Brasil.

A célula maligna que levou o país a esse processo de metástase está na recusa deliberada do STF em obedecer à jurisprudência firmada pelo próprio STF quase 30 anos atrás, e desde então jamais revogada. "Ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal, ou a ela se submeter, ainda que emanada de autoridade judicial", decidiu o STF em 1996, num *habeas corpus* relatado pelo ministro Maurício Corrêa. "Mais: é dever da cidadania opor-se à ordem ilegal; caso contrário, nega-se o Estado de Direito." Qual é a dúvida que se poderia ter em relação a isso? Vai para o espaço, em primeiro lugar, a máxima segundo a qual "ordem judicial não se discute, se cumpre" — uma idiotice elevada à condição de norma sagrada no Brasil de hoje. Em segundo lugar, fica evidente que Alexandre de Moraes e o STF estão obrigando o Brasil a cumprir não o que está na lei, no caso a sua jurisprudência, e sim o desejo dos atuais ministros.

O que Elon Musk fez de errado, do começo ao fim dessa comédia? Nada. E o STF? Tudo. A lei proíbe que Moraes, ou qualquer outra autoridade, impeça alguém de se manifestar sem que haja decisão judicial determinando isso, dentro do processo previsto em lei. Na última decisão do ministro não havia ordem judicial nenhuma mandando o X suspender perfis, ou entregar a ele o CPF, o endereço e o número da conta do usuário no banco. As ordens que deu ao X, portanto, são ilegais. Sendo ilegais, nem Musk nem ninguém está obrigado a fazer aquilo que determinam; tem o direito e o dever de se opor a elas, isso, sim. Cumprir a lei, porém, dá cadeia no Brasil de Alexandre de Moraes. Ou melhor: dá cadeia para os coitados que entram em suas listas negras. Musk não é nenhum coitado, não mora no Brasil, tem US$ 300 bilhões no bolso e pode mandar o ministro para o diabo que o carregue. Foi o que ele fez.

Para os brasileiros que acreditam na liberdade de palavra, foi uma lavagem de alma. Para o governo Lula, sócio com responsabilidade ilimitada no *bas-fond* legal criado pelo STF, pelos jornalistas auxiliares da polícia e pelo bioma intelectual, foi um momento de neurastenia enfurecida. Musk, mais uma vez, foi descrito como um débil mental bilionário que tem mania de soltar foguetes no espaço e se meter nos "assuntos internos" do Brasil. Não são capazes, é claro, de citar um único "assunto interno" do Brasil em que ele tenha se metido, ou uma lei brasileira que ele não tenha cumprido ou um imposto que não tenha pago, no X ou em qualquer de suas atividades. É o exato contrário: está sendo perseguido por cumprir a determinação do falecido ministro Maurício Corrêa. O resumo dessa explosão histérica é a declaração de um ministro-símbolo do nível cultural do governo Lula: "*By by* [*sic*] Elon Musk!". É o semianalfabeto em português sendo analfabeto em inglês.

É, também, mais um boleto da conta que o Brasil está tendo de pagar por causa do império da ilegalidade criado pelo STF. O que os brasileiros ganham com a saída do X? Três vezes zero; é apenas mais uma dose de atraso direto na veia. Lembra um dos grandes momentos da filosofia de treva do PT — o manifesto de um ex-governador do partido festejando a saída de uma fábrica da Ford do Rio Grande do Sul como uma vitória do povo gaúcho no combate ao "imperialismo americano". Eis aí, na vida como ela é, a desordem que segundo a imaginação da esquerda o X e a liberdade de expressão tentam criar no Brasil. A guerra contra Musk, na verdade, é a guerra contra a lei disfarçada de "resistência" em favor da democracia, da virtude e do respeito às decisões judiciais. E o caso do X, obviamente, é apenas uma parte da degeneração progressiva do ordenamento jurídico do Brasil.

É impossível ter respeito pelas decisões de um sistema no qual um juiz em serviço no STF, frustrado pela recusa da Interpol em cumprir um mandado de prisão ilegal, diz a um colega do mesmo tribunal: "Dá vontade de mandar uns jagunços pegar esse cara na marra e colocar num avião brasileiro". É o que revela mais um trecho das gravações de conversas entre altos magistrados do eixo STF-TSE que foram obtidas pelos jornalistas Glenn Greenwald e Fabio Serapião e vêm sendo publicadas há dias pela *Folha de S. Paulo*. Nessa conversa, o juiz auxiliar Marco Antônio Vargas, que trabalha no gabinete do ministro Moraes, se mostra indignado porque a Interpol ignora os pedidos de extradição feitos pelo STF contra o jornalista brasileiro Allan dos Santos — que se exilou nos Estados Unidos para escapar dos cárceres da nossa Suprema Corte de Justiça.

ESTADÃO ASSINE ESTADÃO

'Use sua criatividade', diz juiz auxiliar de Moraes ao pedir investigação contra revista Oeste

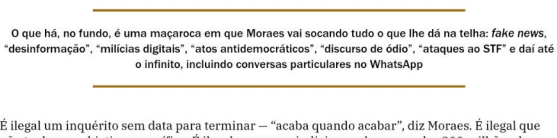
Gabinete de ministro de STF escolheu alvos para serem investigados por órgão interno do TSE, diz jornal; em nota, Moraes afirma que todas ações seguiram preceitos regimentais

Notícia publicada no *Estado de S.Paulo* (13/8/2024) | Foto: Reprodução/Estadão

Por qual critério se pode admitir que um juiz de Direito, no exercício de suas funções no STF, diga que quer mandar capangas sequestrar um cidadão brasileiro no exterior? Isso é crime, punido no Código Penal com pena de reclusão. Todo o alto Judiciário está empenhado em punir o ex-presidente Jair Bolsonaro porque ele *quis*, segundo as acusações que lhe fazem, dar um golpe de Estado. Mais até que isso, pessoas estão sendo condenadas a até 17 anos de prisão pelo STF por *quererem* dar um golpe na baderna do dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília. O juiz auxiliar do ministro Moraes diz, em conversa gravada, que *quer* praticar o crime de sequestro. Como ficamos, então? Já é um escândalo que um membro do STF peça para a polícia internacional fazer uma prisão política — a Interpol não executa ordens ilegais. O juiz Vargas, agora, quer que o Supremo use jagunços.

Nem o ministro, nem qualquer dos seus colegas, nem os comunicadores, nem os demais militantes do "processo civilizatório" consideram ilegal a declaração do juiz. Não disseram uma única palavra sobre o assunto, e esse é um caso clássico de "quem cala consente". O motivo para isso é muito simples: todos eles concordam com o juiz que está a serviço de Moraes, e o juiz sabe muito bem disso. Não vai receber nem sequer uma repreensão. Por que haveria de receber? Um colega seu decidido a "desmonetizar" a Revista **Oeste** instruiu um funcionário do TSE a usar a "criatividade", ao ser informado por ele que só havia encontrado material jornalístico nas suas investigações. Deve ter usado, pois a revista ficou mais de um ano sem receber a remuneração a que tinha direito. Qual é o problema, se o legal é o que o ministro manda fazer?

A árvore envenenada que está destruindo o sistema de Justiça do Brasil foi plantada cinco anos atrás, quando o ministro Dias Toffoli, então na presidência do STF, mandou Moraes abrir um inquérito penal para impedir a revista *Crusoé* de publicar notícias que ele não queria ver publicadas. Era veneno puro. Toffoli não tinha o direito de abrir o inquérito, nem de nomear Moraes sem sorteio, nem de investigar pessoas que não têm foro especial — as únicas, pela lei, que o STF está autorizado a processar em ação penal. Pior ainda, Moraes não tinha direito de manter o inquérito aberto para sempre, e muito menos de enfiar nele questões e pessoas que não têm absolutamente nada a ver com Toffoli, nem com a censura que ele impôs à revista. Tudo o que o inquérito ilegal gerou, desde então, está contaminado pelo pecado original da ilegalidade.

O que há, no fundo, é uma maçaroca em que Moraes vai socando tudo o que lhe dá na telha: *fake news*, "desinformação", "milícias digitais", "atos antidemocráticos", "discurso de ódio", "ataques ao STF" e daí até o infinito, incluindo conversas particulares no WhatsApp

É ilegal um inquérito sem data para terminar — "acaba quando acabar", diz Moraes. É ilegal que não tenha um objetivo específico. É ilegal que possa indiciar qualquer um dos 200 milhões de cidadãos brasileiros, com exceção dos sócios do STF, e envolver qualquer assunto, na base do "pega um pega geral". Não existe nada de parecido em nenhuma democracia do mundo — um inquérito perpétuo, contra tudo e contra todos, e que se baseia oficialmente no regimento interno do STF, com o qual o país não tem nada a ver. O inquérito aberto em março de 2019, na verdade, tornou-se uma lei em si, que não pode ser contestada por nada do que está escrito na Constituição Federal e no restante da legislação em vigor no Brasil. É tão ilegal, em suma, que nem o próprio gabinete de Moraes ou o Ministério Público são capazes de dizer quantos inquéritos estão valendo.

Isto, sim, é uma terra de ninguém: uma nação em que o poder público não sabe quais são os seus próprios atos oficiais. O que há, no fundo, é uma maçaroca em que Moraes vai socando tudo o que lhe dá na telha: *fake news*, "desinformação", "milícias digitais", "atos antidemocráticos", "discurso de ódio", "ataques ao STF" e daí até o infinito, incluindo conversas particulares no WhatsApp. Por causa dessa anarquia toda, os advogados não sabem do que os seus clientes estão sendo acusados, ou mesmo se estão indiciados — e a quem, quando e como devem dirigir as suas defesas. Não podem fazer sustentação oral. Não podem apelar de nenhuma decisão, pois o STF é a primeira e a última instância ao mesmo tempo. Como no tribunal secreto de *O Processo*, de Kafka, ninguém, nunca, é absolvido de nada.

Alexandre de Moraes, então presidente do TSE, durante cerimônia de posse do diretor-geral da PF, na sede da corporação, em Brasília (10/1/2023) | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Em simetria com a ilegalidade do inquérito há a ilegalidade das punições — a começar pela aplicação de penas sem julgamento do delito. Como o cidadão pode ser inocentado, ou sequer se defender, se não é julgado? Há o castigo da censura nas redes sociais, essa mesma da qual o X não quis participar. Há quebras de sigilo, bloqueio do pagamento de salários e congelamento de contas bancárias. Há a prisão preventiva por tempo indeterminado. Há a tortura da tornozeleira eletrônica. Há confisco de passaportes — não para impedir criminosos de escaparem da Justiça, mas para punir pessoas que não foram condenadas pela Justiça. A isso tudo vieram se juntar os processos do 8 de janeiro — ilegais porque se baseiam num crime de "golpe de Estado" que não foi cometido, condenam pessoas que não poderiam ser julgadas pelo STF e violam os direitos dos réus.

O que o Brasil tem hoje são duas árvores envenenadas, o "inquérito do fim do mundo" de Alexandre de Moraes e o inquérito do 8 de janeiro — no qual os acusados, para completar, estão sendo punidos, cumulativamente, por "golpe de Estado" e "abolição violenta do Estado de Direito", algo como condenar alguém por homicídio e assassinato ao mesmo tempo, com penas somadas de prisão. Só há uma maneira de parar essa produção contínua de veneno: encerrar o inquérito de Moraes, anular todas as suas decisões e apagar o processo do golpe que não aconteceu, com a anistia de todos os envolvidos e a manutenção exclusiva das condenações por destruição do patrimônio público. Ou se encontra, e depressa, um caminho para eliminar a intoxicação crescente da ilegalidade ou o Brasil não terá paz. O ministro Moraes e os extremistas que hoje são a sua base de apoio não querem essa paz — que chamam de "apaziguamento". Ou os seus dez colegas, a maioria do Congresso e quem mais tem poder de decisão na vida pública põem um fim na insensatez, ou concordam com eles. Nesse caso, se tornam cúmplices de uma corrida para o desastre.

Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

| EDIÇÃO 231

Carta ao Leitor — Edição 231

A saída da rede social X do Brasil e as obrigações impostas a presos do 8 de janeiro estão entre os destaques desta edição

REDAÇÃO OESTE · 23 AGO 2024

Um dos motivos mais frequentes para uma empresa internacional desistir de um país com um mercado consumidor significativo é a discordância com a legislação local. Aqui no Brasil as coisas são diferentes. Há dias, a rede social X (ex-Twitter) anunciou que fecharia seu escritório no país, não por divergir da lei brasileira, mas por querer cumpri-la.

Esse é o fruto mais recente da árvore envenenada plantada pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2019. Naquele mês, a revista *Crusoé* foi censurada depois de revelar que "Amigo do amigo do meu pai" era o codinome usado por Marcelo Odebrecht para referir-se ao ministro Dias Toffoli na correspondência interna da empreiteira.

"Viver fora da lei é o 'novo normal' imposto ao Brasil pelo STF", escreve **J.R. Guzzo** no artigo de capa desta edição. A atitude da rede social, como explica Guzzo, "é mais uma consequência direta das decisões sistemáticas de Alexandre de Moraes para censurar as redes sociais e perseguir os seus usuários. O caso é a cara do Brasil sem lei, onde o veneno só produz veneno".

Os desdobramentos da desistência de Elon Musk, que igualaram o país ao patamar de autocracias como a Rússia, o Irã e a Coreia do Norte, são comentados em detalhes na reportagem de **Loriane Comeli**. A análise do assunto é completada por **Dagomir Marquezi,** que explica por que Musk é considerado hoje "o novo Judas" — tanto por aqui quanto fora do Brasil.

Por falar em ilegalidades, **Cristyan Costa** revela o que é efetivamente ensinado no Curso da Democracia, outro monumento à criatividade delirante erguido por Alexandre de Moraes. Submeter-se a essas aulas é uma das exigências prescritas para os presos do 8 de janeiro que assinam o acordo de não persecução penal, documento em que assumem a culpa por crimes que não praticaram.

Duas lições, por exemplo, compõem uma sessão de tortura aplicada à História e à sensatez. Primeira: "Hitler foi um ditador de direita e esse espectro político é um dos responsáveis pelo Holocausto". Segunda: "O STF é o Poder Moderador".

Enquanto impõem penas inverossímeis a sexagenários e doentes crônicos, os ministros encontram tempo para invadir territórios pertencentes ao Poder Legislativo. Os 11 integrantes da Corte reuniram-se com os presidentes da Câmara e do Senado, supervisionados por dois representantes do Poder Executivo, para discutir as chamadas emendas Pix.

"É esse o grupo que decide os rumos do país", constata **Silvio Navarro**. O número de assentos destinados a cada um dos Poderes, observa, deixa claro quem manda.

Boa leitura.

Branca Nunes,

Diretora de Redação

Capa da Revista **Oeste**, edição 231 | Foto: Revista Oeste/Gerada por IA/Freepik

Nelson Jobim pilotando um avião da FAB estacionado na pista | Foto: Divulgação

| EDIÇÃO 231

Jobim é isso aí

O misterioso caso do doutor que só se desculpa quando faz a coisa certa

AUGUSTO NUNES - 23 AGO 2024

Neste 11 de agosto, um domingo, o múltiplo Nelson Jobim resolveu dar uma folga ao figurão do banco de investimentos BTG Pactual, incorporar o ex-ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e abrir espaço na agenda para conceder uma entrevista à CNN. As declarações sobre assuntos que o superexecutivo tem evitado há pelo menos dez anos pareceram mostrar que, aos 78 anos, o jurista estabanado que conheci nos anos 1990 agora percorre caminhos balizados pela lucidez. Em linguagem clara, cuidadoso na escolha das palavras, apoiado em argumentos robustos, ele criticou a intromissão do STF em territórios pertencentes a outros Poderes, recomendou a imediata conclusão de inquéritos já grisalhos, rasgou a fantasia que transforma a baderna do 8 de janeiro em tentativa de golpe de Estado e, entre outros recados sensatos, aconselhou Alexandre de Moraes a suspender intermináveis ofensivas fora da lei.

Dois dias depois da entrevista à CNN, ainda tentava entender o que o fizera criar juízo quando descobri que também se transformara num homem de muita sorte: publicada pela *Folha*, a série de reportagens sobre abusos e maluquices ilegais protagonizadas por Moraes e seus discípulos atravessou a semana berrando que Jobim fizera a coisa certa. Então voltou ao palco o velho Jobim: no que deveria ser uma nota de esclarecimento, afirmou que não disse o que disse na entrevista, cobriu Moraes de elogios, garantiu que é correto defender a democracia com a revogação provisória do Estado de Direito e que não há nada de errado em proteger a Constituição tratando a protegida a socos e pontapés. Minha estranheza acabou. Jobim continua o mesmo.

A série de reportagens sobre abusos e maluquices ilegais protagonizadas por Moraes e seus discípulos atravessou a semana berrando que Jobim fizera a coisa certa. Então voltou ao palco o velho Jobim | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Em todas as muitas versões — deputado federal, redator de várias páginas da Constituição de 1988, ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso, ministro do STF indicado por FHC, presidente do Supremo e ministro da Defesa de Lula —, ele confirmou que podem dividir o mesmo corpo um incapaz e um capaz de tudo. Em 2003, por exemplo, um Jobim já de toga contou, com a naturalidade de quem está informando que prefere chimarrão a café, que havia infiltrado no texto constitucional dois artigos que nunca foram submetidos à votação no plenário. Três dias depois de transformar-se em delinquente confesso, ressalvou que não agira sozinho: atendera a um pedido do falecido Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte. Os dois artigos valem tanto quanto uma cédula de R$ 3. O autor da patifaria jamais revelou quais são.

Comparado ao ministro da Justiça do tucano FHC, o ministro da Defesa do petista Lula foi um monumento ao exibicionismo delirante. No fim de 2007, com uma farda de guerreiro da floresta no lugar do terno cinza-Brasília, Jobim invadiu Manaus. Se tivesse alguns anos e duas arrobas a menos, provavelmente estaria fantasiado de Tarzan. Teve de conformar-se com a imitação de Johnny Weissmuller no papel de Jim das Selvas, que interpretou no fim da carreira. Ao desembarcar na frente de combate, nosso Jobim das Selvas foi logo avisando: "A Amazônia tem dono!". Depois de colocar em fuga uma brigada de saguis e reduzir uma sucuri de quartel a prisioneira de guerra, declarou-se vitorioso e voltou a entrincheirar-se no gabinete em Brasília.

Oito meses antes, o discurso de posse avisara que o novo ministro estava pronto para a mais feroz troca de chumbo grosso. Depois de evocar meia dúzia de episódios cujos protagonistas já tinham virado placa com nome de rua havia muito tempo, Jobim ornamentou o palavrório com uma frase de Benjamin Disraeli, primeiro-ministro do Império Britânico no século 19: "*Never complain, never explain, never apologize*", caprichou o orador. Fez uma pausa e recitou a tradução para que Lula entendesse a estranha sopa de letras em inglês: "Nunca se queixe, nunca se explique, nunca se desculpe". (É preciso reconhecer que, enquanto ocupou o cargo, não teve do que se queixar, não encontrou justificativas para o desempenho bisonho e, como sempre, não pediu desculpas a ninguém.)

Como dominar uma sucuri de quartel | Foto: Divulgação

Tais anotações na folha corrida sugerem que, das duas, uma: ou Jobim nasceu desprovido do sentimento de culpa ou aprendeu a absolver-se de quaisquer pecados já nos trabalhos de parto

"Aja ou saia, faça ou vá embora!", berrou em seguida o impetuoso gaúcho com mais de 100 quilos mal distribuídos por quase 2 metros de altura. Nos seis meses seguintes, não agiu nem saiu, não fez mas ficou — e ficou desperdiçando tempo e dinheiro em viagens internacionais inúteis ou performances delirantes em território nacional. Em junho de 2009, por exemplo, Jobim incorporou simultaneamente o almirante de esquadra e o brigadeiro do ar para comandar em Pernambuco a busca do avião da Air France que dois dias antes desaparecera quando voava sobre o Atlântico. Já na primeira discurseira tornou muito mais angustiante o sofrimento dos parentes dos passageiros.

"Estamos empenhados em buscar sobreviventes, ou melhor, restos", começou a ampliação do pesadelo. "Temos de considerar que estamos trabalhando numa região costeira de Pernambuco, e vocês sabem que aqui há uma grande concentração de tubarões." Trocou a farda pelo jaleco de médico legista e foi em frente: "Os corpos podem levar mais de dois dias para emergir. Os que não têm o abdome íntegro afundam e não voltam. Os outros, que têm o abdome íntegro, levam um tempo superior a dois dias para voltar à superfície". Só esses seriam resgatados — se os tubarões permitissem. Em janeiro de 2010, de novo 48 horas depois, o colosso de insensibilidade reapareceu num Haiti devastado pelo terremoto decidido a, mais uma vez, aumentar o desespero dos desesperados.

Nelson Jobim pilotando um avião da FAB estacionado na pista | Foto: Divulgação

"Evidente que neste momento a palavra 'desaparecido' funciona como um eufemismo", avisou aos que sonhavam encontrar com vida os brasileiros desaparecidos desde o instante em que a terra tremeu. "Estamos procurando mortos. Estão todos soterrados." Vários dias depois do parecer, esperançosos profissionais continuavam buscando sobreviventes sob montanhas de escombros. Jobim já deixara o Haiti quando o mundo se comoveu com o vídeo que documenta o resgate de duas crianças que resistiram a uma semana na sepultura. Não seriam encontradas com vida se dependesse do ministro da Defesa do Brasil. Ele teria ordenado a suspensão das buscas 48 horas depois do primeiro tremor de terra.

Tais anotações na folha corrida sugerem que, das duas, uma: ou Jobim nasceu desprovido do sentimento de culpa ou aprendeu a absolver-se de quaisquer pecados já nos trabalhos de parto. Ele não sabe o que é remorso. Alguém espera enxergar sinais de constrangimento pela rendição desonrosa aos donos do STF? Melhor esperar sentado, reiterou desde 1968 a reunião, realizada sempre em novembro, da turma que naquele ano se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para festejar o fim do curso, os jovens bacharéis surrupiaram o sino de bronze, com 30 centímetros de altura e 10 quilos de peso, que anunciava o começo e o fim das aulas na faculdade. O objeto furtado continua em poder da "Ordem do Sino", criada pelos participantes do assalto ao patrimônio público. Jobim é um deles.

O estatuto da confraria, redigido em 1978, transformou o sino em "símbolo da turma" e decidiu que mudaria de endereço a cada novembro. O novo guardião do troféu é escolhido durante o jantar festivo. "Não vamos devolver o sino até que haja apenas um sobrevivente da nossa turma", avisou o advogado Paulo Wainberg, que o hospedou entre 2007 e 2008. "O roubo em si ficou em segundo plano", disse à *Folha*, em dezembro de 2008, a advogada Maria Kramer. "É uma história de união, somos a única turma que se reúne todo ano." A perpetuação do ato criminoso é endossada por Nelson Jobim, guardião do sino entre 1997 e 1998, quando vestia a toga de ministro do Supremo Tribunal Federal. Enquanto posava de homem da lei no plenário, o produto do roubo descansava no armário.

O retorno desastrado confirma: Jobim é isso aí. Sempre foi. É tarde para deixar de ser.

Nelson Jobim domesticando uma onça amestrada | Foto: Divulgação

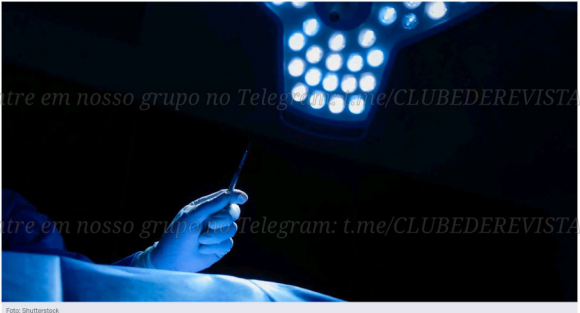



Foto: Shutterstock

EDIÇÃO 231

A invenção do século

O que você faz? Use a criatividade

GUILHERME FIUZA - 23 AGO 2024

— Bisturi.

— Não tem.

— Como, "não tem"? Nós estamos num centro cirúrgico.

— Isso é verdade. Estamos mesmo num centro cirúrgico. Mas não tem bisturi, doutor.

— Você é uma instrumentadora. Você tem que ter um bisturi à mão.

— Pois é. Teria mesmo que ter. Mas não tem bisturi nenhum aqui. Não posso me virar em bisturi.

— E agora? O paciente já está sedado. O que eu faço?

— Usa a sua criatividade.

— Criatividade? Eu sou um cirurgião! Aprendi a ter perícia, não a ser criativo.

— Perícia e criatividade não são coisas tão diferentes assim.

— De onde você tirou isso?

— Li no jornal.

— Cada coisa que sai no jornal hoje em dia...

— Pois é. A gente tem que se reinventar.

— Como um cirurgião pode se reinventar sem bisturi?

— Vamos por partes.

— Até para ir por partes eu preciso do bisturi.

— Calma, não fica ansioso. Você vai dar o seu jeito.

— Dar o meu jeito?! Anos e anos de estudo para jogar tudo fora e dar um jeito?

— São os novos tempos.

— Novos tempos??

— Pensa pelo lado bom.

— Que lado bom?

— Sem precisar de técnica, perícia e instrumentos, seu trabalho vai ficar mais livre.

— Livre??

— Leve.

— Leve??

— Solto.

— Solto??

— Livre, leve e solto. Nada de estresse. Em vez do trabalho árduo de cortar, costurar etc., você vai improvisar.

— Não sei fazer isso.

— Com o tempo você aprende.

— O que eu tenho que fazer pra aprender?

— Nada.

— Como assim?

— O bom desse aprendizado é justamente isto: você não precisa fazer nada. Basta seguir a correnteza.

— Nadando?

— Boiando.

— Nem uma braçada?

— Nada. A correnteza é forte. Só relaxar e se deixar levar.

— E se me perguntarem pelo paciente?

— Já falei: use a sua criatividade.

— É que isso ainda é novo pra mim. O que ponho no laudo de uma cirurgia que não tinha nem bisturi?

— Você ainda está preso a detalhes. Pensa grande.

— Me dá uma luz.

— Se te perguntarem pelo paciente, diz que ele passa bem.

— Mas eu não posso botar isso no laudo!

— Quem assina o laudo?

— Eu.

— Então você pode tudo, bobo.

— E se alguém reclamar?

— A correnteza leva.

— Bom, e o que a gente faz agora? Esse paciente vai dormir um tempão e a gente não tem nada pra fazer.

— Espera aí que vou buscar um baralho.

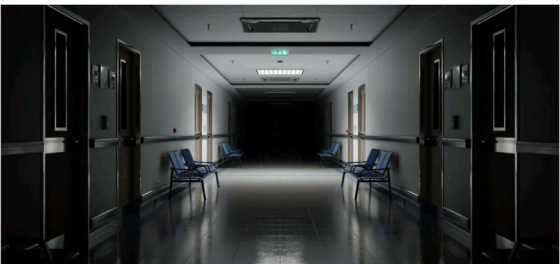



Foto: Shutterstock

Foto: Revista Oeste/Gerada por IA

| EDIÇÃO 231

Reprises

Estamos vivendo mais um capítulo de nossa história, outra vez com a Constituição desprezada, como em tempos do ditador Vargas, e com características de comédia, como nos rompantes de Jânio

ALEXANDRE GARCIA · 23 AGO 2024

Não surpreendeu o teor dos diálogos entre auxiliares do ministro Moraes no TSE e no STF. A gente já conhecia os resultados; os meios não poderiam ser diferentes. Agora a investigação sobre a responsabilidade pelo vazamento obtido por Glenn Greenwald e publicado em capítulos pela *Folha de S.Paulo* só confirma o método. O interessado, ministro Moraes, foi quem mandou investigar. Não foi o verdadeiro interessado, que seria o juiz Airton Vieira ou o perito criminal Eduardo Tagliaferro ou o juiz Marco Antônio Vargas, do TSE. Funcionou tudo *intra corporis* — como tem sido o "inquérito do fim do mundo", nascido no longínquo março de 2019 para pegar bolsonaristas. Ao mandar investigar, Moraes cita a Polícia Civil de São Paulo e fala em "possível origem criminosa do vazamento". Só não falou em polícia do bolsonarista Tarcísio.

Há 70 anos, a "República do Galeão" concluía investigação paralela, fora do devido processo legal, sobre a morte, a tiros, do major aviador Rubens Florentino Vaz, que protegia o jornalista Carlos Lacerda. Os tiros partiram da segurança presidencial, concluíram os brigadeiros e oficiais superiores que instituíram o inquérito sem amparo constitucional. Mesmo assim, deram um ultimato a Getúlio: deveria renunciar. Vargas respondeu que do palácio só sairia morto. E deu um tiro no peito pouco mais de 24 horas depois. Era por isso que os apoiadores de Lula chamavam o inquérito da Lava Jato de "República de Curitiba". E certamente foi lembrando de 1954 que o ministro Marco Aurélio batizou o inquérito inventado pelo então presidente do Supremo Dias Toffoli de "inquérito do fim do mundo". A gente vai repetindo a história.

Há 90 anos, em 19 de agosto de 1934, quando morreu o chefe de Estado da Alemanha, presidente von Hindenburg, o então chefe de governo (ou chanceler) Adolf Hitler decidiu assumir também a chefia de Estado — e se intitulou *Führer*, "o condutor". A partir daí, todos conhecemos a história. Passou a ser condutor, legislador, dono da vida, das propriedades e dos direitos de todos. E levou a Alemanha para sua maior tragédia. Outro alemão, Karl Marx, já havia avisado que, quando a história se repete, produz tragédia e, na segunda repetição, gera apenas uma farsa. Passados 90 anos, muitos *homens públicos*, tomados pelos seus desejos e carências pessoais, continuam a gerar, sobre seus semelhantes, tragédias e farsas.

O recém-eleito chanceler Adolf Hitler cumprimenta o então presidente alemão Paul von Hindenburg (21/3/1933) | Foto: *US Holocaust Memorial Museum*

Aqui no Brasil, sem que tenhamos nos dado conta de quantas dessas figuras já povoaram nossos dias, continuamos testemunhando esses condutores do país a nos levarem a lugar nenhum. Desde que nasci, convivi com alguns. Terminaram em tragédias, como Vargas, ou farsas, como Jânio Quadros. Agora estamos vivendo mais um capítulo de nossa história, outra vez com a Constituição desprezada, como em tempos do ditador Vargas, e com características de comédia, como nos rompantes de Jânio. E vamos repetindo, como se fosse a primeira vez, como se fosse uma novidade que surgiu do nada. Na verdade, surgiu da nossa complacência de deixar que os tais *homens públicos* decidam, com as suas motivações emocionais, o nosso destino, de nossa família, de nossas empresas. Somos a massa de manobra que eles usam para fingir que falam e agem por nós.

Desrespeito à Constituição não é novidade para quem nasceu em 1940, mas continuo querendo respeito, porque a Magna Carta é o marco civilizatório de uma nação

Logo depois do grito da Independência, fizemos uma Constituição. Durou até a da República. Os paulistas morreram por Constituição; Vargas fez e desfez a Magna Carta; os militares de 1964 precisaram da de 1967 e editaram o AI-5. E nós fizemos a *Cidadã*, de 1988. Quem a desrespeitasse seria traidor da pátria, como amaldiçoou o Doutor Ulisses. Nossos direitos e liberdades alicerçaram-se nela. "Censura nunca, cala a boca já morreu; quem for pessoa pública tem que aceitar crítica e sátira", já ouvimos de ministros do Supremo. Beleza de democracia de discurso. Quem precisava zelar pela Constituição foi quem permitiu desprezá-la. Quem jurou defender a Constituição, como presidente da República, não reage, não a defende.

Agora estamos à mercê de uma única pessoa, o presidente do Senado. Da decisão monocrática do presidente do Senado para "voltar aos quadros constitucionais vigentes", como eu tanto ouvi em 1955, na minha adolescência. Desrespeito à Constituição não é novidade para quem nasceu em 1940, mas continuo querendo respeito, porque a Magna Carta é o marco civilizatório de uma nação. Fora dela é nação fora da lei, lei da selva, campo aberto para um *Führer* ou *duce* — um condutor, vista ele terno, toga ou farda. De Gaulle não disse, mas a frase atribuída a ele — de que não somos um país sério — é verdadeira enquanto não tivermos o devido processo legal, o respeito aos direitos e garantias fundamentais, a liberdade de informação e de expressão, a vedação à censura e a inexistência de ambiente para surgirem "condutores" que nos conduzam à tragédia.

Logo depois do grito da Independência, fizemos uma Constituição | Foto: Reprodução/Redes Sociais

Almoço institucional com os ministros do STF e representantes dos Poderes Legislativo e Executivo (20/8/2024) | Foto: Divulgação

| EDIÇÃO 231

A imagem que explica Brasília

No momento em que a Vaza Toga expõe as irregularidades do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, a cúpula dos Três Poderes se reúne para debochar dos pagadores de impostos

SILVIO NAVARRO · 23 AGO 2024

Uma fotografia registrada na manhã de terça-feira, 20, explica por que o Brasil não consegue sair do buraco onde se enfiou há cinco anos. Aparecem acomodadas e sorridentes em sofás 16 pessoas. São elas: os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), os presidentes do Senado (Rodrigo Pacheco) e da Câmara (Arthur Lira), além dos representantes do presidente Lula da Silva na sala, Rui Costa (chefe da Casa Civil) e Jorge Messias (advogado-geral da União). É esse o grupo que decide os rumos do país — e o número de assentos destinados a cada um dos Poderes deixa claro quem manda mais ou menos.

Oficialmente, o encontro foi marcado porque houve um entrave na liberação de recursos do Orçamento da União por meio das emendas parlamentares de gatilho rápido. São as chamadas "emendas Pix", que os congressistas preferem para enviar dinheiro até as obras em redutos eleitorais. Neste ano, o Supremo resolveu interferir também nesse tema. O Palácio do Planalto, que não tem maioria no Legislativo e perdeu a queda de braço com deputados, não achou a ideia ruim. Aliás, nos corredores de Brasília, fala-se abertamente que a Corte agiu em socorro do governo do PT.

O resultado da reunião foi uma resolução de como a fatia mais generosa do Orçamento — ou seja, as emendas dos parlamentares — será aplicada a partir de agora. Trata-se de um bolo de R$ 33,6 bilhões, sendo R$ 25 bilhões da modalidade "Pix". Embora o discurso alinhado seja de que houve um acordo, consenso etc., a verdade é que o Supremo ajudou Lula outra vez.

Almoço institucional com os ministros do STF e representantes dos Poderes Legislativo e Executivo (20/8/2024) | Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Aqui entra o primeiro problema na foto: por que os 11 integrantes da Suprema Corte devem interferir na partilha do dinheiro dos pagadores de impostos? O STF não é um tribunal de conciliação, portanto não é o seu papel servir de mediador de pactos entre o Executivo e o Legislativo — até porque a Corte pode julgar integrantes dos dois Poderes.

A Constituição é bem clara, a começar pelo artigo 165, sobre o papel do Plano Plurianual (PPA), depois da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, por fim, da Lei Orçamentária Anual (LOA). Em nenhum momento, a Carta em vigor cita o Supremo como árbitro de despesa pública.

O Orçamento parece um monstrengo com siglas e números, mas, desde que Brasília existe, um corpo técnico é treinado anualmente para manejá-lo, e alguns congressistas se profissionalizaram na carpintaria dessas cifras. O melhor exemplo em décadas é o do ex-senador Romero Jucá (MDB-RR), que foi líder de todos os governos até a posse de Jair Bolsonaro, justamente porque conduzia bem essas negociações entre parlamentares e ministérios.

Senador Romero Jucá (15/2/2017) | Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

A fiscalização da execução orçamentária cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU). Ocorre que o ministro do STF Flávio Dino não gostou dessas tais "emendas Pix", porque dão muito poder aos parlamentares — ou "falta transparência" no caminho do dinheiro até as mãos dos prefeitos. Também aqui cabe outra pergunta: para que servem, então, os Tribunais de Contas Estaduais e até Municipais, senão para a missão de fiscalizar o que ocorre nas prefeituras? Por que o Supremo deve se envolver nessa história?

A trajetória de Dino ajuda a compreender: ele é um dos personagens da política moderna que deram a volta completa na Praça dos Três Poderes. Depois de passar pela Câmara dos Deputados e governar o Maranhão por dois mandatos, foi eleito senador em 2022, mas escolheu ser ministro da Justiça de Lula e, recentemente, chegou ao Supremo. Conforme disse Lula, "pela primeira vez na história, conseguimos colocar na Suprema Corte um ministro comunista". Dino trocou cedo a magistratura pela militância no PCdoB. É inevitável pensar que o comunista não agiu a favor do padrinho ao emparedar o Congresso nesse episódio das emendas.

Na quarta-feira, 21, Lula usou um desses eventos de fachada no Palácio do Planalto, chamado de "Pacto pela Transformação Ecológica", para convidar Pacheco, Lira e o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, para outra foto — desta vez, com ele. "A minha alegria aqui hoje, em dizer para vocês que eu estou plenamente satisfeito, porque juntar os Três Poderes demonstra com muita clareza, mas muita clareza mesmo, que o Brasil voltou à normalidade civilizatória", disse. "É o testemunho da força e da maturidade da nossa democracia."

Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado; Lula, presidente da República; Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e deputado Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, durante cerimônia de assinatura do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro, no Palácio do Planalto, em Brasília (21/8/2024) | Foto: Cláudio Kbene/PR

Estado Jagunço de Direito

O convescote sobre as novas regras do Orçamento é o pano de fundo de uma encrenca maior. Aliado de Lula e Dino, o ministro Alexandre de Moraes segue no epicentro de um escândalo apelidado de "Vaza Toga". Trata-se da divulgação de conversas de auxiliares de seus gabinetes no Supremo e no Tribunal Superior Eleitoral, que se misturaram, para perseguir a direita no Brasil nos últimos anos. Os diálogos foram publicados em uma série de reportagens pelo jornal *Folha de S.Paulo* desde a semana passada, e documentam a ilegalidade jurídica em estado bruto (*leia o artigo de J.R. Guzzo nesta edição*).

De longe, a Vaza Toga é o tema mais comentado nas redes sociais. Mas as autoridades dos Três Poderes preferem falar pouco — algumas, nada — sobre o tema. Por um lado, é como se houvesse um compasso de espera pela incerteza do conteúdo que ainda pode vir à tona, ou do tamanho da manifestação popular convocada para o Sete de Setembro. Do outro lado, a estratégia é apostar que o assunto esfrie nas manchetes, dada a má vontade das redações da imprensa tradicional.

O ministro Alexandre de Moraes, contudo, quer resolver o problema de outro jeito. Ele abriu mais um inquérito de ofício — que se soma a uma dezena de outros, todos conduzidos em sigilo por ele. O número do novo inquérito é 4.972. Na prática, pede que a Polícia Federal investigue ele mesmo. Moraes não nega a veracidade das conversas, mas está decidido a saber quem as vazou para a *Folha de S.Paulo*. Ele fala na existência de uma organização criminosa que pretende cassar um a um os ministros até fechar o Supremo e instalar uma ditadura — usa como base na abertura do inquérito a revista de esquerda *Fórum*. Como o jornal disse desde o primeiro texto, o material não foi obtido por meio de hackeamento. Logo, o inquérito pode atropelar o sigilo de fonte da imprensa — artigo 5º, inciso XIV da Constituição.

Andre Marsiglia · 21 de ago de 2024
@marsiglia_andre · Seguir

🚨Grave abrir inquérito para apurar vazamento. Se não houve hackeamento, como informado pela Folha, o inquérito se dedica a descobrir quem informou o jornal, violando-se sigilo de fonte, princípio constitucional previsto no art 5, inciso XIV. Um atentado à liberdade de imprensa

poder justiça

A pedido de Moraes, a PF abriu um inquérito para apurar o vazamento das mensagens publicadas pela *Folha*. O caso tramita no STF, sob relatoria do próprio ministro Alexandre de Moraes. Está sendo investigado pela DIP (Diretoria de Inteligência Policial), na sede Polícia Federal em Brasília.

Andre Marsiglia
@marsiglia_andre · Seguir

Ainda sobre o inquérito aberto no STF para apurar vazamento das mensagens, jamais poderia ser conduzido pelo min. Moraes. Ele e seu gabinete, que cuidarão do caso, não são apenas afetados, mas personagens centrais das mensagens expostas. É inexplicável

8:55 AM · 22 de ago de 2024

427 Responder Compartilhar este post

Ler 8 respostas

O perito forense Eduardo Tagliaferro, que cumpria ordens de juízes auxiliares do gabinete, uma das figuras centrais nos diálogos, é o suspeito número 1 na lista de Moraes. Ele, a mulher e o ex-cunhado prestaram depoimento à Polícia Federal na quinta-feira, 22.

Tagliaferro era o chefe do "núcleo de enfrentamento à desinformação" criado por Moraes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas foi demitido depois de ser preso, no ano passado, por acusação de violência doméstica. O Supremo acha que, nesse período em que ficou preso, alguém conseguiu desbloquear seu celular e copiou suas conversas.

O inquérito de 2 mil dias

Novos trechos da Vaza Jato foram divulgados nesta semana pela *Folha de S.Paulo*. As reportagens são assinadas pelos repórteres Fabio Serapião e Glenn Greenwald. A mais recente volta a mostrar que relatórios eram produzidos por encomenda contra "bolsonaristas", depois que os alvos eram escolhidos. Traduzindo: quando um personagem era escolhido para ser multado ou bloqueado nas redes sociais, aparecia uma ordem para que a equipe achasse alguma coisa contra ele no X/Twitter, Instagram ou Facebook. Há casos em que as denúncias partem de autores registrados como "anônimos" — ou seja, ninguém sabe sequer como a informação chegou. Uma das conversas identifica o ex-deputado Alexandre Frota como informante do gabinete de Moraes.

O jornal passou a afirmar textualmente que "o Tribunal Superior Eleitoral foi utilizado para abastecer inquéritos criminais em andamento contra bolsonaristas". Detalhe: o Ministério Público não era ouvido — ou só foi acionado muito depois das punições aplicadas. O inquérito-matriz, das *fake news*, já dura 2 mil dias — é de uma longevidade sem precedentes.

Alexandre Frota, então deputado federal (PSDB-SP), na CPMI das *Fake News*, exibindo fotografia vinculada ao deputado Eduardo Bolsonaro (30/10/2019) | Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Há erros grotescos na condução das investigações contra *fake news*, que provavelmente acarretarão a nulidade de processos no futuro. Pessoas nem sequer envolvidas em episódios investigados foram prejudicadas. Um deles é o ex-deputado estadual Homero Marchese, do Republicanos do Paraná. O paranaense foi apontado por Tagliaferro como responsável por uma postagem nas redes sociais contra ministros do STF. Marchese não era o autor da mensagem, conforme alertou a Procuradoria-Geral da República quando teve acesso às investigações, muito tempo depois. O ex-deputado passou meio ano com as contas retidas por algo que não fez.

O consórcio de governo tentou aniquilar seus adversários políticos. Quando não foram encontradas provas, a recomendação foi para "usar a criatividade"

Moraes não se manifestou mais sobre o escândalo. Na semana passada, ele disse que todos os alvos citados eram investigados paralelamente nos inquéritos do Supremo, por isso achou que não era preciso se "auto-oficiar". O decano da Corte, Gilmar Mendes, repetiu o discurso em entrevista à TV Bandeirantes no domingo. Mas isso não é verdade. Por exemplo: Homero Marchese não era investigado pelo STF na época. Provavelmente, dezenas de outras pessoas devem ter sofrido as mesmas arbitrariedades, mas nem isso é permitido checar, porque os inquéritos tentaculares são secretos. E, sim, tudo deve ser oficiado para que o devido processo legal seja preservado, assim como a materialidade de provas. Vale lembrar que, nesta década, um político foi liberado da prisão para voltar à Presidência da República por um erro formal, o tal erro de CEP: não era para ter sido processado no Paraná, mas em Brasília.

De tudo o que já apareceu na Vaza Toga, uma conclusão parece óbvia: o consórcio de governo tentou aniquilar seus adversários políticos. Quando não foram encontradas provas, a recomendação foi para "usar a criatividade". Ou cogitar que uns "jagunços resolvessem na marra". Afinal, para esse consórcio, a "democracia é relativa". A diferença é que, desta vez, eles estão expostos.

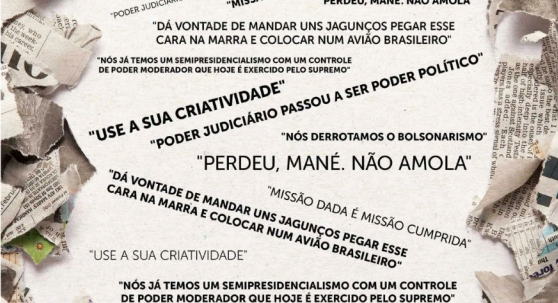



Foto: Montagem Revista Oeste/Freepik

Ilustração: Shutterstock

| EDIÇÃO 231

O Brasil sub judice

Juízes estão decidindo com canetadas únicas e monocráticas temas que não são de sua alçada

ADALBERTO PIOTTO - 23 AGO 2024

Na democracia, tudo o que se afasta da política tende ao autoritarismo. E autoritarismo não é democracia. É atropelo das liberdades, a começar pela liberdade do tempo da sociedade para decidir, do tempo do debate, do natural amadurecimento de um tema antes de uma decisão e, o mais importante, do respeito a essa decisão.

E, apesar de imperfeito, é o Congresso Nacional que tem a sagrada prerrogativa para decidir em nome da sociedade. Não bastasse o direito de reclamar e pressionar seus representantes, as eleições são o mais eficiente contrapeso a um Congresso que por acaso venha a se distanciar do interesse público. A cada quatro anos, mudam-se ou se mantêm deputados e senadores de acordo com o voto. Mas e quando juízes não eleitos, garantidos no cargo até os 75 anos, se sobrepõem ao Congresso em decisões sumárias do "cumpra-se" e não reclame, o que fazer?

Plenário da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, em Brasília (21/8/2024) | Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O Brasil dos últimos anos, de intervencionismo e persecução judiciária sem limites, é exemplo bem-acabado — para um fim mal-acabado — do que representa essa subversão institucional de um Judiciário de Cortes superiores autoanabolizado, pretensioso e inconstitucional.

O país está *sub judice*, vive *sub judice*, o que é uma forma autoritária de estar sob o poder de decisões precárias do colegiado do Judiciário quando este não deveria ter lugar na discussão. Juízes estão decidindo com canetadas únicas e monocráticas temas que não são de sua alçada, que não deveriam estar nos tribunais porque a Constituição não lhes deu esse direito e tampouco o amparo legal para atuarem. Ainda pior: estão decidindo sem os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com isso, atrasam a vida do país, criam insegurança jurídica e um terror institucional baseado no temor de uma decisão completamente imprevisível.

Sessão plenária do STF (21/8/2024) | Foto: Fellipe Sampaio/STF

"Sub judice" é uma expressão latina que significa "sob julgamento" ou "sob o juiz". No Brasil de hoje, é uma simbiose disso: sob julgamento de um único juiz. Porque, se o STF nas suas decisões colegiadas já tem atropelado o Congresso em temas da sociedade no Congresso, como drogas e aborto, a atuação monocrática de magistrados é a versão piorada desse intervencionismo bombadão.

Peguemos o caso recente das emendas parlamentares. Flávio Dino foi ministro da Justiça de Lula e um dos mais politicamente ativos da história da pasta. Chegou ao Supremo Tribunal Federal ainda neste ano para se juntar rapidamente à ala mais política da Corte que deveria, lembremo-nos, ser técnica. No seu curto histórico de "supremo", já afrontou decisão do Congresso sobre as emendas parlamentares. Sob a alegação de mais transparência, bloqueou a distribuição dos recursos garantidos em lei numa canetada. Um único ministro derrubou o entendimento de um Congresso inteiro. Pode-se discutir o mérito da transparência — sobre o qual tenho toda a anuência — ou o melhor uso do recurso público — um desejo de toda a população —, mas não se pode ver com naturalidade a intervenção pesada de um único juiz se sobrepor à decisão de 513 deputados e 81 senadores eleitos pelo voto. Há, por óbvio, discordância acerca de decisões dos parlamentares e entre eles próprios. Mas concordamos todos que os Poderes são legítimos em defender suas prerrogativas e que não se pode aceitar a intervenção de um no outro. Estamos acompanhados de nada menos que a Constituição Federal nessa empreitada.

Em que democracia uma canetada de um único ministro pode afrontar e modificar a decisão de 513 deputados e 81 senadores no exercício da plenitude de suas prerrogativas legislativas?

Todos defendemos o Supremo, por exemplo, mas os 11 ministros do STF defendem as prerrogativas do Congresso e do Executivo? Não é o que temos visto de forma mais intensa desde 2019, nesta anomalia institucional em que vivemos.

Flávio Dino, no evento Leis e Likes: Papel do Judiciário e Influência Digital (21/8/2024) | Foto: Fellipe Sampaio/STF

Outro exemplo que assombra os brasileiros envolve o ministro Cristiano Zanin, um dos ministros do STF indicados por Lula. O caso é o da decisão do Congresso Nacional que em votação decidiu manter a desoneração da folha de pagamentos de prefeituras de municípios com até 156 mil habitantes e de empresas de 17 setores da economia. O governo federal, que defendia a reoneração imediata, perdeu no Congresso. É do jogo. Inconformado, o presidente Lula vetou parte da decisão. Também é do jogo. O Congresso respondeu e derrubou os vetos. Até aí, viva a democracia e a independência dos Poderes. Mas, e sempre existe um "mas" nas democracias relativas, o governo não aceitou perder e recorreu a outro indicado no Supremo Tribunal Federal que, numa decisão monocrática, reinstituiu a reoneração. Em que democracia uma canetada de um único ministro pode afrontar e modificar a decisão de 513 deputados e 81 senadores no exercício da plenitude de suas prerrogativas legislativas?

No Brasil do tapetão de Lula e do STF, sim, isso acontece.

Nesta semana, o Congresso voltou a aprovar a desoneração plena em 2024 e uma reoneração paulatina até 2027 que, ao menor sinal de muitas demissões, pode voltar. O governo que deveria se concentrar em ser responsável com as contas públicas para não depender da arrecadolândia do ministro Haddad não levou tudo, mas conseguiu tumultuar o jogo com reforço do STF.

O presidente Lula na posse de seu advogado Cristiano Zanin como ministro do STF (3/8/2023) | Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Em 2019, ainda no governo Bolsonaro, o Ferrogrão foi outra vítima do ativismo do Supremo na política e na economia do país. O projeto de 900 quilômetros e R$ 24 bilhões de investimento na estrada de ferro entre Sinop, em Mato Grosso, e o Porto de Miritituba, no Pará, para o escoamento mais eficiente e viável da produção do competente agronegócio brasileiro do Centro-Oeste, com economia calculada em quase R$ 20 bilhões no custo do frete, foi paralisado por uma decisão liminar concedida pelo ministro Alexandre de Moraes, a pedido do Psol. O projeto vinha desde a gestão Temer, e o governo federal havia aprovado no Congresso uma lei que permitia a passagem dos trilhos pelo Parque Nacional do Jamanxim, ao lado de uma estrada que já existe. A minoria do Psol perdeu a votação, mas numa nova subversão da democracia representativa conseguiu uma decisão sumariamente paralisante da obra no Supremo, sob questionáveis alegações ambientais e de proteção aos indígenas, visto que a linha férrea contornará 53 quilômetros de uma reserva indígena. A decisão notoriamente precária, porque monocrática, de um único ministro que não pode governar, motivada por um partido nanico, se sobrepôs à decisão de um governo que deve executar e à aprovação do Congresso que já havia legislado sobre o assunto. O caso, parado desde 2021, ainda aguarda decisão final.

Veja que os exemplos são fartos em demonstrar que o Supremo Tribunal Federal está na vida política do país como jamais deveria estar. Nesta semana, os brasileiros foram surpreendidos por uma foto em que estavam todos os ministros do STF, representantes do governo Lula e os dois presidentes das Casas do Congresso dentro do Supremo, que agia como mediador de mais uma contenda, mas já tendo tomado lado. Era a busca por um consenso em relação ao bloqueio da distribuição das emendas. O pecado original do ativismo de Flávio Dino em se imiscuir num assunto sagrado para a Câmara no Senado foi entendido pelos parlamentares como mais uma dobradinha entre o Palácio do Planalto e os aliados políticos na Corte, o consórcio Lula-STF. A solução provisória encontrada é prova disso: as emendas Pix continuam impositivas, mas terão maior compromisso com a transparência — o que não é ruim —, mas deverão priorizar obras inacabadas, as que o governo federal não consegue terminar justamente porque gasta demais. E olha que se trata do mesmo governo que está enrolado no TCU com a acusação de favorecimento político no repasse de R$ 1,4 bilhão a apenas seis prefeituras de aliados: Araraquara, Mauá, Diadema, Hortolândia, Cabo Frio e Belford Roxo.

Almoço institucional com os ministros do STF e representantes dos Poderes Legislativo e Executivo (20/8/2024) | Foto: Gustavo Moreno/STF

O Brasil resiste, apesar de ver sua democracia afrontada pelo que Raymundo Faoro chamou de "os donos do poder". Não costumava ser assim desde a redemocratização, nos anos 1980. Até outro dia, quando se pretendia empreender ou aprovar um projeto no país, empresários, investidores e autores de ideias recorriam ao Executivo e ao Congresso. Havia debate, escrutínio público, pesquisas de opinião e o saudável barulho da democracia. Hoje, se o STF discordar, às vezes um único ministro, nada anda.

Tudo depende de um juiz no Brasil *sub judice* que pretende impor o silêncio do cumpra-se. A Constituição, que prevê a independência dos Poderes, para eles vem depois e não parece ser imprescindível.

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

| EDIÇÃO 231

Ordem jaguncial não se cumpre

Um juiz não é a lei, porque, como qualquer outro cidadão, também ele está sujeito à lei

FLÁVIO GORDON - 23 AGO 2024

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

"Ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal, ou a ela se submeter, ainda que emanada de autoridade judicial. Mais: é dever de cidadania opor-se à ordem ilegal; caso contrário, nega-se o Estado de Direito."
(STF, HC nº 73.454, Rel. Min. Maurício Corrêa, 22/4/1996)

"Dá vontade de mandar uns jagunços pegar [*sic*] esse cara na marra e colocar num avião brasileiro." Essa foi a mensagem enviada por WhatsApp pelo juiz Marco Antônio Vargas, do gabinete da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Airton Vieira, braço direito de Moraes no STF. A mensagem é parte dos mais de 6 gigabytes de diálogos entre integrantes dos gabinetes de Moraes acessados pelos jornalistas Glenn Greenwald e Fabio Serapião, os quais têm publicado o material a conta-gotas na *Folha de S.Paulo*, no escândalo apelidado de "Vaza Toga".

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

Ocorrida em novembro de 2022, a referida conversa entre os dois juízes tinha por objeto o jornalista Allan dos Santos, alvo já de dois mandados de prisão preventiva expedidos por Alexandre de Moraes, um de outubro de 2021 e outro de agora, dia 14 de agosto de 2024. Allan havia virado tema no grupo de WhatsApp depois de aparecer em vídeos durante manifestação contra cinco ministros do STF, os quais, logo após o resultado da controversa disputa presidencial de 2022, participaram de um evento privado em Nova York, organizado pelo Grupo Lide, de João Doria.

Ecoando a ira do chefe, os dois juízes auxiliares mostravam-se indignados com a recusa da Interpol em incluir o nome de Allan dos Santos no alerta vermelho da entidade e, sobretudo, com a recusa do governo americano em extraditar o jornalista brasileiro, perseguido político de Alexandre de Moraes e seus sequazes. Numa das mensagens expostas pela matéria da *Folha de S.Paulo*, Marco Antônio Vargas, do TSE, aparece chamando de "sacanagem" a postura da Interpol e do governo dos EUA — que decerto perceberam tratar-se de perseguição política disfarçada de demanda judicial, haja vista não existir crime de opinião e de crítica em contextos democráticos. Em seguida, responde-o Airton Vieira, do STF: "Com certeza. Por isso esse idiota do Allan dos Santos se sente livre para fazer o que faz...".

Airton Vieira, braço direito de Moraes no STF | Foto: Reprodução/YouTube

É na sequência desse diálogo que Vargas profere a frase que já entrou para a história da juristocracia brasileira, por expor a mentalidade autoritária, antidemocrática e obscurantista de seus representantes: "Dá vontade de mandar uns jagunços pegar [*sic*] esse cara na marra e colocar num avião brasileiro". É claro que, em se tratando de uma operação de sequestro político em território estrangeiro, a proposta do juiz auxiliar do TSE estava fadada a ficar apenas na vontade. Mas a sua mera expressão num diálogo entre magistrados — cujo mister deveria consistir em operar o direito, não a vingança política e pessoal contra um cidadão — já sugere a perturbadora hipótese de que, em território nacional, essa vontade possa estar sendo satisfeita no caso de outros perseguidos políticos, alvos, portanto, não de ordens judiciais, mas de ordens *jaguncias*.

Após essa troca de mensagens, informa a matéria da *Folha*, o juiz auxiliar do STF teria ainda mandado um último áudio sobre o tema, demonstrando toda a sua irritação pelo fato de o governo americano não se comportar como os jagunços imaginários fantasiados por seu colega de toga. "Se eles quiserem te mandar embora porque não gostaram dos seus olhos, eles inventam um pretexto qualquer e colocam você no primeiro avião de volta e deportam, extraditam, dão pé no traseiro, o nome que você quiser, mas eles fazem o que eles bem entenderem com quem eles quiserem. Do contrário, não há governo no mundo que determine o que eles têm que fazer" — exasperou-se Airton Vieira. Na verdade, o braço direito de Moraes no STF apenas projetava na Justiça americana, como se fora ela uma casa da mãe Joana institucional, o seu próprio comportamento e o do seu superior, todo baseado em "cisma" (como demonstra **a primeira reportagem da série Vaza Toga**), jeitinhos, informalidade e **"criatividade" na fabricação de provas** contra os seus alvos políticos, a exemplo desta Revista **Oeste**.

Outro que a juristocracia nacional quis converter em jagunço foi Elon Musk. Mas, para o azar deles, e na contramão da atitude da maioria das outras redes sociais (cujos donos e diretores aquiesceram com a jagunçagem), Musk recusou-se a cumprir ordens de censura que violam as leis brasileiras e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como se sabe, essa recusa resultou na decisão do X de encerrar as suas atividades no Brasil, depois que Alexandre de Moraes — **também de maneira abusiva e ilegal** — ameaçou prender uma representante da rede social no Brasil.

Musk se recusou a cumprir ordens de censura que violavam as leis brasileiras e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, levando o X a decidir encerrar suas operações no Brasil | Foto: Shutterstock

Em resposta à violência política perpetrada pelo magistrado brasileiro, Musk manifestou-se por meio do seguinte tuíte, publicado no perfil de Relações Governamentais Globais do X no dia 17 de agosto:

"Noite passada, Alexandre de Moraes ameaçou nosso representante legal no Brasil com prisão se não cumprirmos suas ordens de censura. Ele fez isso em uma ordem secreta, que compartilhamos aqui para expor suas ações. Apesar de nossos inúmeros recursos ao Supremo Tribunal Federal não terem sido ouvidos, de o público brasileiro não ter sido informado sobre essas ordens e de nossa equipe brasileira não ter responsabilidade ou controle sobre o bloqueio de conteúdo em nossa plataforma, Moraes optou por ameaçar nossa equipe no Brasil em vez de respeitar a lei ou o devido processo legal. Como resultado, para proteger a segurança de nossa equipe, tomamos a decisão de encerrar nossas operações no Brasil, com efeito imediato. O serviço X continua disponível para a população do Brasil. Estamos profundamente tristes por termos sido forçados a tomar essa decisão. A responsabilidade é exclusivamente de Alexandre de Moraes. Suas ações são incompatíveis com um governo democrático. O povo brasileiro tem uma escolha a fazer — democracia ou Alexandre de Moraes."

Diante da decisão, os porta-vozes de Alexandre de Moraes na imprensa amestrada começaram a martelar os *slogans* habituais, dando vazão a uma Muskfobia que viceja amplamente entre as forças de esquerda de todo o mundo (*ver, por exemplo,* ***o que se passa no Reino Unido***), todas elas francas apologistas da censura às redes sociais — a bandeira que hoje une globalmente os esquerdistas mundo afora.

Na GloboNews, por exemplo, recorreu-se naturalmente aos xingamentos ginasianos contra Musk, que constituem o máximo do que podem conceber aquelas cabecinhas ocas e alminhas histéricas, e segundo os quais, na melhor das hipóteses, o bilionário mais produtivo e inventivo do planeta não passa de um "menininho mimado" e, na pior das hipóteses, de um líder global da "extrema direita" — tese defendida, entre outros, **pela blogueira antibolsonarista Daniela Lima**. Como já disse celebremente Tom Jobim: no Brasil, o sucesso é uma ofensa pessoal.

Já no *Estadão* — jornal que parece sofrer de alergia à firmeza moral, jamais conseguindo sustentar por muito tempo suas posições esporadicamente corretas contra a juristocracia nacional —, o que se viu foi a insistência numa conhecida frase feita: "Ordem judicial se cumpre". Aparecendo em editorial intitulado **"Musk brinca com o Brasil"**, e repetido automaticamente à guisa de argumento, o chavão revela-se, de fato, como o suprassumo da banalidade do mal celebremente descrita por Hannah Arendt. Isso porque, segundo o editorial, tudo o que uma vítima do estado de exceção pode fazer legitimamente é recorrer à Justiça desse próprio estado de exceção. Assim é que, ainda segundo o editorialista, a única atitude séria da parte de Elon Musk deveria ser a de cumprir ordens jaguncias e se tornar cúmplice da violação de direitos humanos fundamentais de cidadãos brasileiros. Um primor de discernimento moral, não é mesmo?

O ESTADO DE S. PAULO

OPINIÃO DO ESTADÃO

Musk brinca com o Brasil

Inconformado em ter que cumprir decisões judiciais, empresário usa o País como palco de seu show

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Por Notas & Informações
21/08/2024 | 03h00

Notícia publicada no *Estadão* (2/7/2024) | Foto: Reprodução/Estadão

Como bem resumiu **o jurista Andre Marsiglia**:

"Impressiona que pessoas esclarecidas digam que Musk sairá do país por birra, ou porque quer. O processo sigiloso que ele expôs há alguns dias é juridicamente irregular do início ao fim: (1) a Corte mandou a citação ao e-mail errado, (2) em contrariedade à CF, a Corte pressupõe má-fé da empresa, e não boa-fé, (3) mesmo o artigo 774 do CPC prevendo que descumprimento de ordem judicial deva ser punido com multa, a Corte ameaça o representante com prisão e (4) afastamento da empresa, em violação ao princípio constitucional da livre-iniciativa. E tudo isso para que se cumpra uma decisão voltada a derrubar perfil e obter dados de usuários, em contrariedade ao Marco Civil da Internet. Agora imagine quantas decisões como essa chegam ao Twitter o dia todo. Imagine se há estabilidade jurídica e financeira para empreender no país."

As empresas que atuam no Brasil são obrigadas a respeitar as leis brasileiras, mas não as vontades políticas de um ou mais magistrados ideológicos que se acham acima das leis

---

Ao fim e ao cabo, poder-se-ia até admitir que o X desobedeceu às ordens da Justiça, mas não que desobedeceu *às leis brasileiras*. Porque, obviamente, as ordens de um determinado juiz não se confundem automaticamente com a lei. Um juiz não *é* a lei, porque, como qualquer outro cidadão (e, por dever funcional, até um pouco mais), também ele está sujeito à lei. Daí que, se a própria ordem judicial é contrária à lei, aquele que a descumpre não está infringindo a lei, mas precisamente o contrário. Sim, as empresas que atuam no Brasil são obrigadas a respeitar as leis brasileiras, *mas não as vontades políticas de um ou mais magistrados ideológicos que se acham acima das leis.* Contrariamente ao que sugerem os passadores de pano midiáticos, não se deve cumprir uma ordem judicial ilegal. E, sobretudo, trata-se de um princípio elementar de Justiça afirmar com todas as letras, como fez Elon Musk: ordem jaguncial não se cumpre.

Ilustração: Jozef Micic/Shutterstock

EDIÇÃO 231

O inferno dos inocentes

Presos pelo 8 de janeiro que aceitaram o acordo de não persecução penal são submetidos a um curso de lavagem cerebral, trabalhos precários e multas abusivas

CRISTYAN COSTA · 23 AGO 2024

"Hitler foi um ditador de direita e esse espectro político é um dos responsáveis pelo Holocausto"; "O STF é o Poder Moderador"; "As Forças Armadas são submissas ao tribunal"; "A urna eletrônica é segura e há lisura no processo eleitoral". Esses são alguns tópicos que uma professora paulistana de 47 anos teve de escutar durante o Curso da Democracia, oferecido a presos por causa do 8 de janeiro que assinaram o acordo de não persecução penal (ANPP) da Procuradoria-Geral da República (PGR). O ANPP é uma forma que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), encontrou para se livrar de milhares de pessoas acorrentadas a tornozeleiras eletrônicas e perturbadas diariamente por "medidas restritivas" há mais de um ano. O acordo da PGR é oferecido apenas aos detidos no Quartel-General (QG) do Exército, em Brasília, em 9 de janeiro de 2023. Quem não aceita a proposta corre o risco de ir ao julgamento em "lotes" no plenário virtual do STF e passar os próximos 17 anos na cadeia.

"Aquilo me pareceu um tremendo processo de lavagem cerebral", resumiu a docente obrigada a escutar o palavrório dividido em quatro módulos pela Escola Superior do Ministério Público da União. A primeira fase dos estudos trata de democracia e abrange o desenvolvimento histórico e direitos fundamentais. A segunda e terceira etapas consistem na explicação de como funcionam Executivo, Legislativo e Judiciário, além de discorrer a respeito da "submissão das Forças Armadas aos Poderes Civis constituídos". Por fim, os alunos aprendem o "conceito de golpe militar", rememoram a "ditadura e suas violações", entendem a importância do surgimento da Comissão da Verdade e se debruçam sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito. "É interessante não terem citado Cuba, Venezuela ou China na aula", recordou a acadêmica.

Quando os "estudantes" chegam ao local das aulas, no fórum criminal especificado pela Justiça, são orientados a desligar o celular, não usar qualquer tipo de aparelho eletrônico e evitar conversas paralelas entre si. As aulas são observadas atentamente por servidores do Judiciário, que fiscalizam os manifestantes do 8 de janeiro. Segundo a professora, o clima é bastante "policialesco e intimidador". Há inúmeros relatos de colegas dela em outros Estados que são obrigados a entregar o smartphone antes de entrar no local para acompanhar as sessões no tribunal.

As 12 horas do curso de quatro dias, que já pareciam intermináveis, somaram-se a outras medidas que prolongaram a agonia da professora. Para se livrar da tornozeleira eletrônica, teve de depositar R$ 5 mil em juízo — há casos em que a multa chega a R$ 10 mil. A quantia foi obtida com a ajuda de parentes. Divorciada, a mulher que vive com dois filhos, sendo um menor de idade, sobrevive graças à ajuda de um irmão. Em virtude do estigma de ter sido presa, mesmo sem o cometimento de algum crime, ela tem dificuldade para encontrar emprego. Um dos entraves foi o cumprimento de 150 horas de um "serviço social" previsto no ANPP. Num primeiro momento, teve de limpar banheiros de uma escola pública, mas depois conseguiu fazer serviços menos braçais e passou a desempenhar funções administrativas em uma creche. "Tudo isso sem ter feito nada de errado, pois minha intenção era me manifestar pacificamente, mas acabei admitindo uma série de coisas que não fiz nesse ANPP", observou a mulher, em alusão aos dois crimes de menor potencial que precisou assumir no inquérito do STF: associação criminosa e incitação ao crime.

Foto: Shutterstock

Prisioneiros do medo

A situação é parecida com a de uma comerciante, de 58 anos, moradora do interior de São Paulo. Ela também desembolsou R$ 5 mil para remover a tornozeleira. A mulher se recorda do equipamento apitando na madrugada, o que tornava as noites de sono insuportáveis. "Minha companhia acabava sendo um agente que, por telefone, me orientava a fazer aquele barulho parar", relatou, ao mencionar que recorreu a um travesseiro para abafar o som incômodo no quarto. A despeito de ainda não ter feito o curso, está cumprindo 300 horas de trabalho voluntário. Sem considerar a idade da mulher, a Justiça entregou a ela um rodo, um pano e um balde para limpar, sozinha, o piso asfáltico de uma quadra poliesportiva em uma escola pública. "Chegava em casa com dores musculares", queixou-se a mulher.

O cansaço aumentava exponencialmente quando ouvia questionamentos de estudantes e funcionários curiosos ao perguntarem de onde ela viera. Farta do assédio, a mulher inventou uma história. "Falo que é um serviço voluntário de uma ONG", contou. Nem mesmo a direção da escola a poupou do preconceito e da discriminação. Tempos depois, conseguiu deixar a quadra para executar atividades mais leves, como fiscal de sala de aula. "Percebi que a diretora tinha um viés mais para a esquerda", observou a presa do 8 de janeiro. "No entanto, eles precisavam do trabalho. E deu tudo certo."

"Aceitei o acordo para pôr fim a esse inferno e também por ter medo das condenações. A gente olha no noticiário e vê as pessoas pegando quase 20 anos de prisão"

Os esforços para sair do purgatório dos inocentes são ainda mais dramáticos para uma dona de casa que vive de bicos e da ajuda de familiares. Para ter uma ideia de sua situação financeira, ela parcelou os R$ 5 mil em 50 parcelas de R$ 100. Mesmo assim, não ter essa quantia todos os meses faz falta na hora de pagar as contas. "Paguei porque é necessário para remover a tornozeleira e eu já não aguentava mais essa situação", desabafou a gaúcha de 40 anos que vive em uma cidade do Rio Grande do Sul. "Já removi o equipamento, graças a Deus, porém confesso que ainda sinto ele fixo em mim, sobretudo quando saio às ruas. Parece que estou sendo constantemente vigiada por estar fazendo algo fora da lei ou muito errado. Sou uma prisioneira de mim mesma. É assim que me sinto."

Na semana, ela atua como cozinheira em uma escola a fim de se livrar do trabalho comunitário exigido no ANPP. Depois de fazer a comida, tem também de lavar a louça. Quando tem tempo livre, dedica-o ao filho e à mãe, de 76 anos, que tem problemas de saúde. "Aceitei o acordo para pôr fim a esse inferno e também por ter medo das condenações", admitiu. "A gente olha no noticiário e vê as pessoas pegando quase 20 anos de prisão." Segundo a mulher, a intenção dela é continuar no Brasil e reconstruir sua vida, sem deixar de lutar por um país melhor.

Ilustração: Shutterstock

Carcereiros de beca

Em fevereiro deste ano, poucos dias antes de uma manifestação convocada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na Paulista para falar também dos presos do 8 de janeiro, 90 grupos "progressistas" lançaram um manifesto na Câmara dos Deputados por "justiça" e contra a suposta tentativa de golpe de Estado que ocorrera no início de 2023. "A reação organizada contra o inquérito no STF caracteriza a continuidade daquele golpe, pela busca da impunidade de seus comandantes", diz um trecho do texto assinado pelos militantes de extrema esquerda, entre eles do Prerrogativas — grupo que ocupa hoje inúmeros cargos em tribunais superiores, no Ministério Público Federal e até no governo Lula, por ter ajudado o petista com argumentos jurídicos que terminaram de sepultar a Lava Jato.

Nenhum deles citou na carta as inúmeras violações de direitos humanos que ocorreram nas celas da Papuda e da Colmeia, tampouco mencionaram as vidas dilaceradas dos órfãos de pais vivos que passaram meses sem ver os familiares presos por causa de uma turba minoritária de vândalos do 8 de janeiro. O manifesto nem sequer critica as penas abusivas impostas a sexagenários doentes e jovens autistas que não tiveram acesso à ampla defesa nem ao devido processo legal. Não há uma única linha dedicada ao descaso dos ministros com as peças da defesa, que nem chegaram a ser lidas. Para os redatores da carta, as prerrogativas só valem se estiverem em risco seus signatários.

Cópia dos registros eleitorais presa a uma bandeira da Venezuela, durante marcha convocada pela líder da oposição, Maria Corina Machado, após a eleição presidencial, em Caracas, na Venezuela (17/8/2024) | Foto: Reuters/Leonardo Fernandez Viloria

EDIÇÃO 231

Recibo de fraude

A oposição venezuelana comprovou a farsa eleitoral no país porque dispõe dos meios para denunciar as irregularidades. E no Brasil?

EDILSON SALGUEIRO · 23 AGO 2024

Nas ruas acinzentadas de Caracas, milhares de venezuelanos tingem as artérias da cidade com o próprio sangue. Isso é o rastro de violência deixado pelos militares chavistas, munidos de bombas, tanques e fuzis de assalto. Até agora, cerca de 30 pessoas morreram, 200 foram feridas e mais de 1,5 mil estão presas. A revolta da população, que decidiu enfrentar os subordinados do ditador Nicolás Maduro, se deve à fraude descarada observada nas eleições presidenciais, realizadas em 28 de julho.

A mais flagrante das falcatruas veio à superfície no dia seguinte ao pleito, quando o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) — equivalente ao TSE do Brasil — anunciou a vitória do político chavista com 80% das mesas apuradas. Não foram apresentadas sequer as atas eleitorais — documentos similares aos boletins de urna brasileiros, que mostram quantos votos os candidatos receberam em cada urna.

Em comunicado, o presidente do CNE limitou-se a informar que Maduro vencera a disputa com 51,2% dos votos, contra 44,2% do opositor Edmundo González. O restante dos candidatos obteve, ao todo, pouco menos de 5% da preferência popular. "Uma agressão contra o sistema de transmissão de dados atrasou de maneira adversa a divulgação dos resultados", justificou Elvis Amoroso, seis horas depois do fim da votação.

Revista Oeste @revistaoeste · Seguir

Na madrugada desta segunda-feira, 29, o Conselho Nacional Eleitoral anunciou que o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, foi eleito para um novo mandato.

O chavista obteve pouco mais de 5 milhões de votos. Edmundo González, da oposição, obteve 4,4 milhões.

Assista no X

DECLARACIONES DEL CONSEJO NACIONAL ELECTORAL

1:34 AM · 29 de jul de 2024

989 Responder Compartilhar este post

Ler 221 respostas

No mesmo dia, os líderes da oposição tornaram públicas as atas que obtiveram por meio de uma apuração paralela. Essa averiguação é viável porque, ao fim da votação, as urnas venezuelanas imprimem as atas e enviam eletronicamente as respectivas cópias aos partidos políticos e ao CNE. A transmissão dessas informações ocorre através de uma rede criptografada, sem acesso pela internet. Os opositores conseguiram coletar boa parte dessas atas e constataram a derrota do chavismo: quase 70% dos votos para González, contra 30% para Maduro.

Os resultados da apuração paralela estão disponíveis em uma plataforma on-line, com imagens digitalizadas das atas eleitorais. Nos documentos, é possível ver os dados que asseguram sua autenticidade: o número do circuito e da mesa de voto; a data e a hora da emissão dos boletins; e o chamado código "*hash*", que é único e não se repete. Este último é uma espécie de RG das atas eleitorais. É impossível fraudá-lo. Além disso, no fim do documento, há um *QR code* e uma assinatura digital.

BOLIVARIANA DE VENEZUELA
ELECCIÓN PRESIDENCIAL 2024
País VENEZUELA
Estado EDO. MIRANDA
Municipio MP. BARUTA
Parroquia PQ. EL CAFETAL
UNIDAD EDUCATIVA COLEGIO LOS ARRAYANES
URBANIZACION CHUAO FRENTE AVENIDA RIO DE JANEIRO. DERECHA CALLE LA GLORIETA. IZQUIERDA CALLE ARAGUANEY AVENIDA RIO DE JANEIRO QUINTA YUCATAN CASA
131602002
850 Electores

NICOLAS MADURO

EDMUNDO GONZALEZ

ENRIQUE MARQUEZ

BENJAMIN RAUSSEO

Resumen de votos

Observaciones:

Se levanta la presente acta la cual firman en señal de conformidad.

Miembros de la mesa electoral

Presidente

Testigo B
Nombre: JOSE LUIS OVIEDO

Operador
Nombre: VICTOR MANUEL SAUMÉ ALVAREZ

Nos documentos, é possível ver informações que asseguram sua autenticidade | Foto: Divulgação/Campanha de Edmundo González

A esquerda desembarca

Quase um mês depois das eleições, a ditadura venezuelana segue sem divulgar as atas oficiais. Já os documentos apresentados pela oposição foram chancelados por integrantes da comunidade internacional, como a União Europeia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

"De acordo com as cópias das atas, Edmundo González parece ter sido o vencedor das eleições por uma maioria significativa", disse o chefe da diplomacia da UE, Josep Borrell, na quinta-feira 15. Essa afirmação se baseia em um relatório da ONU, que analisou o material depois de as denúncias se intensificarem.

Borrell acrescentou que o relatório das Nações Unidas reforça a desconfiança sobre a ditadura chavista. "De fato, o documento da ONU constata a falta de transparência do processo e diz que a manobra das autoridades é sem precedentes", ressaltou.

Da fronteira para cá, os brasileiros assistem atônitos às fraudes no país vizinho. Até mesmo políticos de esquerda e setores da imprensa tradicional passaram a denunciar o escândalo na Venezuela.

O presidente Lula, por exemplo, mudou o discurso conforme as ilegalidades tornavam-se evidentes. Em 30 de julho, chegou a dizer que não havia anormalidade na reeleição de Nicolás Maduro. Na semana passada, contudo, o petista classificou o chavismo como um "regime desagradável".

O Grupo Globo também alterou a rota, depois de endossar a reeleição de Maduro com opiniões de especialistas favoráveis ao chavismo. Na mesma linha, os jornais *Folha de S.Paulo* e *Estadão* publicaram editoriais para denunciar as fraudes na Venezuela. Sobrou apenas a mídia de esquerda, que não só apoia o chavismo como nega as ilegalidades na Venezuela.

Leonardo Coutinho @lcoutinho · Seguir

A @GloboNews foi buscar um conhecido assessor de regimes bolivarianos para explicar o golpe na Bolívia. O resultado é uma coleção de barbaridades, falsificações, propaganda e a completa paralisia dos apresentadores diante de quase doze minutos de absurdos.

Assista no X

BOLÍVIA SOFREU 194 TENTATIVAS DE GOLPE EM 199 ANOS

2:08 AM · 27 de jun de 2024

1,6 mil Responder Compartilhar este post

Ler 82 respostas

As lições para o Brasil

Lula e a imprensa tradicional não se ativeram a um detalhe importante: a oposição venezuelana, liderada por María Corina Machado e Edmundo González, comprovou as fraudes eleitorais graças às urnas eletrônicas utilizadas naquele país. Na Venezuela, elas imprimem não só as atas (que mostram quantos votos os candidatos recebem em cada urna), como também o recibo do voto (que exibe as informações do candidato escolhido pelo eleitor). Este segundo documento é impresso no instante da confirmação do voto. Serve apenas para o eleitor conferir se o número que digitou é o mesmo do comprovante físico. No fim, o eleitor venezuelano deposita esse recibo do voto numa urna física lacrada, ao lado do equipamento eletrônico.

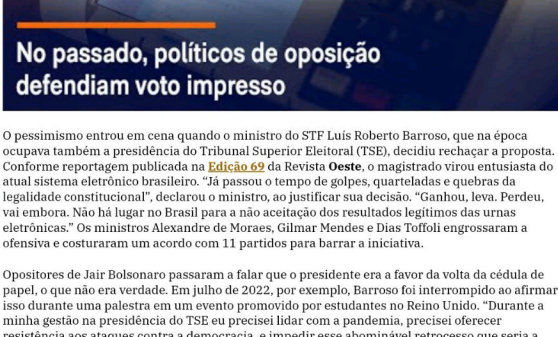
Um modelo de votação similar, ainda mais seguro e menos suscetível a fraudes, sofreu boicote nas eleições presidenciais brasileiras de 2022. Antigo consenso entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, o aperfeiçoamento das urnas eletrônicas virou objeto de discórdia depois de o então presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), defender a pauta.

À época, aliados de Bolsonaro criaram uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para dar mais transparência ao processo eleitoral. A matéria sugeria, por exemplo, a implantação de urnas de segunda geração nas eleições do país — o que possibilitaria a impressão do recibo do voto. Até mesmo siglas de esquerda deram sinal verde para avançar com o texto, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

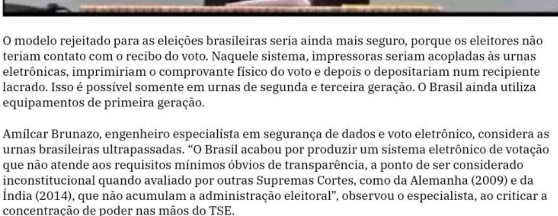
O modelo sugerido para as eleições brasileiras seria mais seguro porque os eleitores não teriam contato com o recibo do voto | Foto: Divulgação/Justiça Eleitoral/Edição de Arte

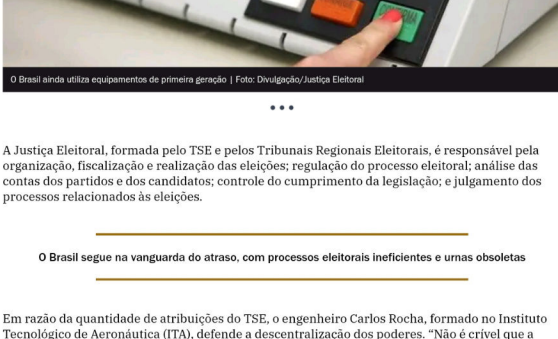
Para se ter ideia, a impressão do recibo do voto era defendida por políticos de diferentes matizes ideológicos:

- Ciro Gomes (PDT), ex-governador do Ceará
- Carlos Lupi (PDT), atual ministro da Previdência
- Roberto Requião (Mobiliza), ex-senador pelo Paraná
- Simone Tebet (MDB), atual ministra do Planejamento
- Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal
- Leonel Brizola (PDT), ex-governador do Rio de Janeiro
- Kim Kataguiri (União), deputado federal por São Paulo
- Rodrigo Maia (PSDB), ex-presidente da Câmara dos Deputados
- João Amoêdo, expulso do Partido Novo e ex-candidato à Presidência

PODER 360

No passado, políticos de oposição defendiam voto impresso

O pessimismo entrou em cena quando o ministro do STF Luís Roberto Barroso, que na época ocupava também a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu rechaçar a proposta. Conforme reportagem publicada na Edição 69 da Revista **Oeste**, o magistrado virou entusiasta do atual sistema eletrônico brasileiro. "Já passou o tempo de golpes, quarteladas e quebras da legalidade constitucional", declarou o ministro, ao justificar sua decisão. "Ganhou, leva. Perdeu, vai embora. Não há lugar no Brasil para a não aceitação dos resultados legítimos das urnas eletrônicas." Os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Dias Toffoli engrossaram a ofensiva e costuraram um acordo com 11 partidos para barrar a iniciativa.

Opositores de Jair Bolsonaro passaram a falar que o presidente era a favor da volta da cédula de papel, o que não era verdade. Em julho de 2022, por exemplo, Barroso foi interrompido ao afirmar isso durante uma palestra em um evento promovido por estudantes no Reino Unido. "Durante a minha gestão na presidência do TSE eu precisei lidar com a pandemia, precisei oferecer resistência aos ataques contra a democracia, e impedir esse abominável retrocesso que seria a volta ao voto impresso com contagem pública manual, que sempre foi o caminho da fraude no Brasil", disse o ministro. Da plateia, uma mulher gritou: "É mentira... ninguém falou em contagem manual".

O modelo rejeitado para as eleições brasileiras seria ainda mais seguro, porque os eleitores não teriam contato com o recibo do voto. Naquele sistema, impressoras seriam acopladas às urnas eletrônicas, imprimiriam o comprovante físico do voto e depois o depositariam num recipiente lacrado. Isso é possível somente em urnas de segunda e terceira geração. O Brasil ainda utiliza equipamentos de primeira geração.

Amílcar Brunazo, engenheiro especialista em segurança de dados e voto eletrônico, considera as urnas brasileiras ultrapassadas. "O Brasil acabou por produzir um sistema eletrônico de votação que não atende aos requisitos mínimos óbvios de transparência, a ponto de ser considerado inconstitucional quando avaliado por outras Supremas Cortes, como da Alemanha (2009) e da Índia (2014), que não acumulam a administração eleitoral", observou o especialista, ao criticar a concentração de poder nas mãos do TSE.

O Brasil ainda utiliza equipamentos de primeira geração | Foto: Divulgação/Justiça Eleitoral

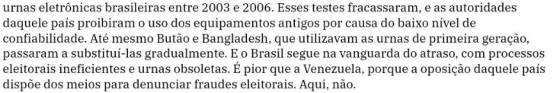
A Justiça Eleitoral, formada pelo TSE e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, é responsável pela organização, fiscalização e realização das eleições; regulação do processo eleitoral; análise das contas dos partidos e dos candidatos; controle do cumprimento da legislação; e julgamento dos processos relacionados às eleições.

O Brasil segue na vanguarda do atraso, com processos eleitorais ineficientes e urnas obsoletas

Em razão da quantidade de atribuições do TSE, o engenheiro Carlos Rocha, formado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), defende a descentralização dos poderes. "Não é crível que a autoridade eleitoral cuide de tudo", afirmou. "A democracia brasileira não pode continuar a depender de um pequeno grupo de técnicos do TSE, que têm o controle absoluto sobre o sistema eletrônico de votação, de todos os códigos e chaves de criptografia."

Ainda de acordo com o engenheiro do ITA, que liderou o desenvolvimento e a fabricação das urnas eletrônicas nos anos 1990, é fundamental aprimorar o processo eleitoral brasileiro. "Quem realiza as eleições não pode certificar os equipamentos, auditar os resultados e julgar os eventuais desvios", argumentou.

OESTE SEM FILTRO

GILMAR DISTORCE O PASSADO

Na maioria dos países que adotaram o voto eletrônico, as urnas de primeira geração foram abandonadas por falta de segurança. A Argentina, por exemplo, passou a utilizar as urnas de terceira geração, e o Equador, as de segunda geração. No Paraguai, ocorreram experiências com as urnas eletrônicas brasileiras entre 2003 e 2006. Esses testes fracassaram, e as autoridades daquele país proibiram o uso dos equipamentos antigos por causa do baixo nível de confiabilidade. Até mesmo Butão e Bangladesh, que utilizavam as urnas de primeira geração, passaram a substituí-las gradualmente. E o Brasil segue na vanguarda do atraso, com processos eleitorais ineficientes e urnas obsoletas. É pior que a Venezuela, porque a oposição daquele país dispõe dos meios para denunciar fraudes eleitorais. Aqui, não.

"Estado Jagunço de Direito" | Ilustração: Walter Koyama/Cortesia Júlia Zanatta (@apropriajulia)

| EDIÇÃO 231

A faísca revolucionária de Paine

Quando o povo passa a acreditar que não tem mais quase nada a perder, o perigo se torna maior para o sistema

RODRIGO CONSTANTINO · 23 AGO 2024

Quando se fala da Revolução Americana, a mais — ou mesmo a única — revolução bem-sucedida no mundo, não dá para deixar de lado o papel de Thomas Paine. Foi ele, com seu radicalismo, que ajudou a "incendiar" o clima de revolta com seu panfleto "Common Sense". Nele, Paine argumenta que o governo representativo republicano é superior a uma monarquia ou a outras formas de governo baseadas na aristocracia e na hereditariedade. O panfleto mostrou-se tão influente que John Adams teria declarado: "Sem a pena do autor do 'Common Sense', a espada de Washington teria sido levantada em vão".

Depois da Independência, Paine retornou à Europa, onde ofereceu uma defesa contundente da Revolução Francesa com seu livro *Direitos do Homem*. Mais tarde, em 1793, curiosamente, o próprio Paine foi preso pelos jacobinos e acusado de traição em razão de sua oposição aos métodos revolucionários de Robespierre e sua gangue — mais especificamente à pena de morte, ao uso em massa da guilhotina e à execução de Luís XVI. A Revolução Francesa, que encantou Paine e Thomas Jefferson, degringolou para o Terror e depois para a ditadura napoleônica.

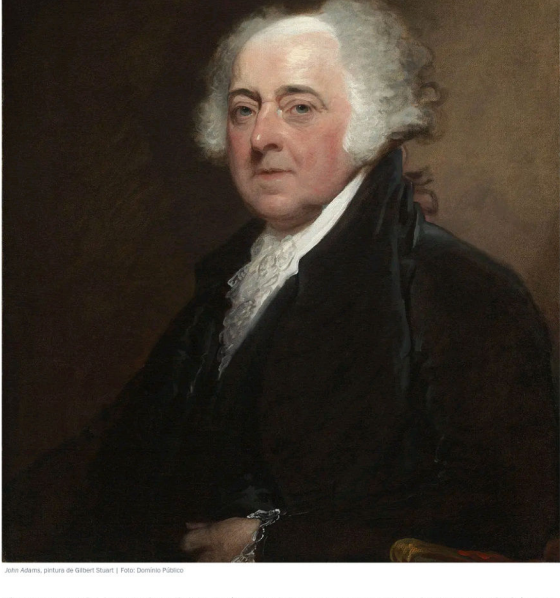
Thomas Paine, óleo sobre tela de John Wesley Jarvis (1806-1807) | Foto: Cortesia National Gallery of Art

A lembrança é importante para reforçar que os Estados Unidos contavam com ingredientes únicos. Se Paine era o libertário radical, havia "Pais Fundadores" mais conservadores, como Benjamin Franklin e John Adams, e tal combinação produziu um efeito interessante que impediu a luta pela Independência de virar uma guerra civil ou uma tirania depois. Da Inglaterra, Edmund Burke observava tudo e representava, talvez, a melhor mistura: um liberal Whig que virou o "pai do conservadorismo" por sua prudência, mas que apoiou a Guerra da Independência dos colonos.

Os alertas de Burke em suas *Reflexões sobre a Revolução em França* teriam a simpatia de um John Adams, mas não de um Paine:

"Não ignoro nem os erros nem os defeitos do governo que foi deposto na França, e nem a minha natureza nem a política me levam a fazer um inventário daquilo que é um objeto natural e justo de censura. [...] Será verdadeiro, entretanto, que o governo da França estava em uma situação em que não era possível fazer nenhuma reforma, a tal ponto que se tornou necessário destruir imediatamente todo o edifício e fazer tábua rasa do passado, pondo no seu lugar uma construção teórica nunca antes experimentada?"

Burke tinha receio de revoluções utópicas, mas entendeu que nos Estados Unidos havia uma luta legítima pelo resgate de valores tradicionais e das liberdades perdidas. Revoluções são perigosas, sem dúvida. Não há situação ruim que não possa piorar. Quantos franceses não devem ter sentido saudade da família real, até mesmo dos insensíveis "brioches" da rainha Maria Antonieta, enquanto os jacobinos degolavam todos em praça pública, instaurando o Terror em nome da liberdade e da fraternidade? Quantos russos não devem ter lamentado as mudanças do regime do Tsar para o bolchevique, que ceifou em poucos meses mais vidas do que aquele em décadas?

A Revolução Americana deu certo, mas parece a exceção à regra, pois vários pensadores a entendem como algo bem diferente, como uma continuação das tradições britânicas, de certa forma. O temperamento de um John Adams, o pragmatismo de um Benjamin Franklin, o embate de ideias de alto nível entre James Madison e Thomas Jefferson, tudo isso nos mostra que ali ocorreu uma coisa única, uma combinação rara de fatores que permitiu o sucesso das mudanças "radicais", sem abandonar completamente aquilo que existia, que era o legado de uma ordem eficiente.

John Adams, pintura de Gilbert Stuart | Foto: Domínio Público

Chegamos, então, ao caso brasileiro. Será que o sistema se corrompeu a tal ponto que não há mais possibilidade de reforma interna, dentro das "quatro linhas"? Será que o sequestro de nossa democracia por bruxas e seus jagunços passou do ponto de retorno viável? Será que o aparelhamento das instituições foi absoluto e não tem mais volta? Será que a impunidade aos corruptos e àqueles que abusam do poder se tornou irreversível? É o que cada vez mais gente pensa, e esse costuma ser o caldo revolucionário num país. Quando o povo passa a acreditar que não tem mais quase nada a perder, o perigo se torna maior para o sistema.

Quase uma década depois, não resta dúvida de que os "donos do poder" dobraram a aposta. A blindagem ao ministro Alexandre de Moraes, mesmo depois de as provas de seus crimes virem à tona, demonstra bem isso

---

Em um artigo de 2016 sobre Paine e Burke, concluí:

"O Thomas Paine em mim quer tacar fogo no que temos, por perceber como estamos distantes de qualquer coisa que possa ser enaltecida. Mas o John Adams em mim pede prudência e cautela, pois sabe que simplesmente destruir o sistema existente não é garantia alguma de colocar algo melhor em seu lugar. Só espero que as lideranças envolvidas tenham um mínimo de consciência do que está em jogo, e não abusem a ponto de tornar inevitável a predominância do Paine em cada um de nós..."

Quase uma década depois, não resta dúvida de que os "donos do poder" dobraram a aposta. A blindagem ao ministro Alexandre de Moraes, mesmo depois de as provas de seus crimes virem à tona, demonstra bem isso. Ninguém solta a mão de ninguém. Essa elite podre usurpou nossas liberdades, destruiu nossa democracia e avança impunemente sobre nosso bolso. "Existem duas classes distintas de homens — aqueles que pagam impostos e aqueles que recebem e vivem de impostos", disse Paine, antecipando uma luta de classes bem mais real do que aquela marxista entre capital e trabalho.

Paine sabia que a liberdade não caía do céu, não poderia ser uma licença do próprio governo: "Aqueles que esperam colher as bênçãos da liberdade devem, como os homens, sofrer a fadiga de apoiá-la". Ele acrescentou: "A força e o poder do despotismo consistem totalmente no medo da resistência". E, em seguida, Paine cunhou sua mais famosa frase: "O governo, mesmo em seu melhor estado, é apenas um mal necessário; em seu pior estado, é intolerável". Ele denunciava o tipo "isentão" de sua época também: "Aquele que quer sua própria liberdade segura deve proteger mesmo o inimigo da opressão; pois, se ele violar esse dever, estabelece um precedente que chegará a si mesmo". Quantos não aplaudiram o arbítrio supremo achando que ficaria restrito ao bolsonarismo?

Alexandre de Moraes, ministro do STF | Foto: Reprodução/STF

Para Thomas Paine, são os direitos naturais que devem ser preservados: "O fim de todas as associações políticas é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; e esses direitos são liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão". Para chegar a esse fim é preciso ter um governo de leis, não de homens que se julgam acima das leis: "Nós repousamos uma confiança imprudente em qualquer governo, ou em qualquer homem, quando os investimos oficialmente com muito (ou com uma quantidade desnecessária de) poder discricionário".

Era nesse contexto que Paine defendia a Guerra da Independência: "Considero a guerra da América contra a Grã-Bretanha como a guerra do país, a guerra do público ou a guerra do povo em seu próprio nome, pela segurança de seus direitos naturais e pela proteção de sua própria propriedade". E reparem que Paine não concedia a ninguém um poder demasiado ou arbitrário: "Nenhum país pode ser chamado de livre se é governado por um poder absoluto; e não importa se é um poder real absoluto ou um poder legislativo absoluto, pois as consequências serão as mesmas para as pessoas".

O limite para o poder do governo estaria na própria Constituição: "Uma constituição define e limita os poderes do governo que cria. Segue-se, portanto, como um resultado natural e também lógico, que o exercício governamental de qualquer poder não autorizado pela constituição é um poder assumido e, portanto, ilegal". E ele também sabia que quem tentava ultrapassar esse limite sempre o fazia em nome de lindas causas: "As maiores tiranias são sempre perpetuadas em nome das causas mais nobres".

Quando esse era o caso, Paine não tinha dúvida de qual era a reação legítima: "Quando todos os outros direitos são retirados, o direito de rebelião se levanta".

No Brasil, o Dia da Constituição é comemorado em 25 de março, data da primeira Carta Constitucional do Brasil, outorgada em 1824 pelo imperador dom Pedro | Foto: Agência Senado

Kamala Harris, candidata presidencial democrata e vice-presidente dos EUA, discursa na Convenção Nacional Democrata (DNC), no United Center, em Chicago, Illinois (22/8/2024) | Foto: Callaghan O'hare/Reuters

EDIÇÃO 231

A festa do golpe

Kamala Harris ascendeu ao patamar de candidata ao posto mais poderoso do mundo sem um voto sequer

ANA PAULA HENKEL · 23 AGO 2024

Uma mudança histórica em uma chapa presidencial. Esse foi o pano de fundo da convenção democrata desta semana, que começou na segunda-feira com o presidente Joe Biden "passando a tocha" para a vice-presidente Kamala Harris. O evento democrata terminou nesta quinta-feira à noite, 22 de agosto, com Harris aceitando oficialmente a indicação para a corrida à Casa Branca de seu partido.

É quase desnecessário dizer que o que os democratas fizeram na Convenção Nacional desta semana em Chicago é apenas um simulacro de democracia, uma imitação da emoção e do drama que poderiam ter surgido de um processo deliberativo dos eleitores do Partido Democrata escolhendo seu candidato presidencial. A verdade é que Kamala Harris ascendeu ao patamar de candidata ao posto mais poderoso do mundo sem um voto sequer.

Durante quatro dias, os americanos viram um patriotismo que andava sumido do partido, aplausos, sorrisos, discursos empolgados que falavam mal de Donald Trump e de como ele "destruirá" a América, muita música e uma "alegria contagiante", como descreveram as hienas do partido espalhadas pela velha imprensa americana.

No entanto, nada disso foi real. O Partido Democrata armou todas as armadilhas de uma grande convenção de partido político, mas não apresentou nenhuma substância. Nenhum eleitor democrata votou nas primárias para a vice-presidente Kamala, mas os caciques democratas estão seguindo o caminho como se tivesse sido exatamente isso o que aconteceu. Eles até trouxeram o presidente Joe Biden — que até um mês atrás estava "mais afiado" do que nunca e que supostamente seria o chefe do Partido Democrata. Biden discursou tarde na primeira noite da convenção, no que pareceu ser uma mera formalidade. O atual presidente fez um discurso arrastado e raivoso, cheio de mentiras e distorções, e então foi levado para descansar em Santa Bárbara, na Califórnia, pelo resto da semana, tornando-se um presidente em exercício não participante da convenção de seu próprio partido.

Joe Biden, presidente dos EUA, e sua família deixam o palco, após discurso no primeiro dia da Convenção Nacional Democrata (DNC), em Chicago, Illinois (19/8/2024) | Foto: Mike Segar/Reuters

Mas a falsidade dos democratas vai além de apenas imitar um processo democrático depois de executar um golpe contra o presidente em exercício. A equipe de Harris-Walz escolheu basear a campanha da dupla com histórico de políticas radicais em "alegria" — palavra repetida nesta semana *ad nauseam* pela imprensa. A aura de tudo isso não poderia ser mais falsa e forçada. Ao executar uma campanha quase completamente desprovida de substância política ou de qualquer interação real com a mídia, limitada principalmente a vídeos encenados de Harris e Walz se divertindo ou fazendo discursos lidos em comícios altamente controlados, os líderes do Partido Democrata estão essencialmente executando uma operação psicológica no eleitorado americano.

A campanha encontrou até um nome para a encenação: *"Strength Through Joy"*, ou "Força Através da Alegria", numa tentativa de se opor à aura da campanha de Donald Trump (que é baseada na campanha e administração de Ronald Reagan), cuja expressão é "*Peace Through Strength*", "Paz Através da Força".

Mas a incompetência de Harris e de sua equipe vai além da falta de uma agenda política que, até agora, a 75 dias da eleição presidencial, não foi apresentada ao povo americano. *"Strength Through Joy"*, "Força Através da Alegria", foi uma organização de lazer operada pelo Partido Nazista por intermédio da Frente Trabalhista Alemã e usada como uma ferramenta para promover as "vantagens do nazismo" para o povo alemão e até internacionalmente. O braço "da alegria" propagandista de Hitler foi usado para facilitar o processo de rearmamento da Alemanha e, por meio de sua estrutura de eventos organizados e promoção de propaganda, também visava prevenir qualquer comportamento dissidente e antiestatal. Em 1939, a "Força Através da Alegria" tornou-se a maior operadora de turismo do mundo.

Cartaz do Terceiro Reich/Era Nazista para um concerto da Nationalsozialistisches Reichs-Symphonie-Orchester, a Orquestra Sinfônica do Estado Nacional Socialista, fundada por Franz Adam e organizada pela Deutsche Arbeitsfront e Kraft durch Freude ("Força Através da Alegria"), no Museu da Cidade de Munique (2014) | Foto: Wikimedia Commons

Harris também explorou consistentemente uma fixação dos democratas: a agenda identitária para retratar oponentes como extremamente racistas. Os democratas de 2024 possuem uma verdadeira obsessão com gêneros, orientações ou escolhas sexuais, falsas minorias e, claro, a cor da pele das pessoas. E eles adoram chamar as pessoas daquilo que eles são.

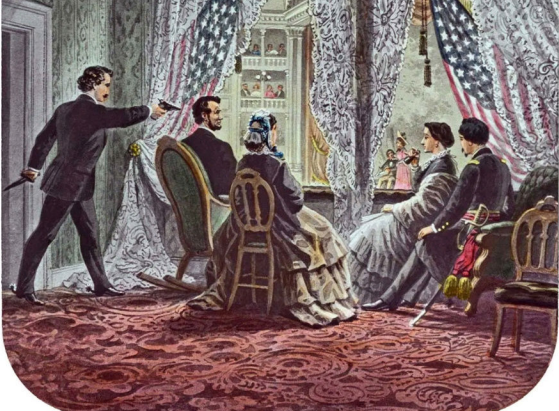
Em 2018, ainda como senadora, Harris acusou agentes federais que prestavam depoimentos no Congresso e protegiam as fronteiras do país de usar "as mesmas táticas de intimidação da Ku Klux Klan". Depois de fazer Ronald Vitiello, diretor da divisão migratória da Polícia de Fronteiras (Immigration and Customs Enforcement — ICE), descrever as táticas usadas pela Ku Klux Klan como uma operação terrorista doméstica, Harris perguntou se ele "via algum paralelo" entre a KKK e o ICE.

O problema é que "fatos são coisas teimosas". Ao contrário do que os desmiolados tentam empurrar, a história do Partido Democrata até o século 20 é uma história praticamente ininterrupta de roubo, corrupção, intolerância e racismo.

Kamala Harris, candidata presidencial democrata e vice-presidente dos EUA, comemora com seu marido, Doug Emhoff, após seu discurso de aceitação, no quarto dia da Convenção Nacional Democrata (DNC), no United Center, em Chicago, Illinois (22/8/2024) | Foto: Brendan Mcdermid/Reuters

Os democratas sempre foram o partido da escravidão, e a mentalidade escravagista continua a moldar as políticas dos líderes democratas hoje, até para usar as minorias apenas como massa de manobra e manutenção de poder político. A questão não é que os democratas inventaram a escravidão, que é uma instituição antiga que antecede em muito a América. Em vez disso, democratas inventaram uma nova justificativa para a escravidão — a escravidão como um "bem positivo".

Hoje, a imprensa militante e os "especialistas" tentam esconder a cumplicidade dos democratas na escravidão nos EUA, culpando o "Sul" pela nefasta prática. Essas pessoas teceram todo um fio que tenta retratar de maneira simplista a batalha da escravidão como uma batalha entre o Norte antiescravagista e o Sul pró-escravidão. E, claro, isso beneficia os democratas no atual cenário político, uma vez que a principal força do Partido Democrata está atualmente no Norte, e a do Partido Republicano, no Sul.

A verdade, no entanto, é que, após a guerra civil, foram os republicanos que acabaram com a escravidão e baniram a prática permanentemente por meio da Décima Terceira Emenda. Os democratas responderam agressivamente se opondo à emenda, e um grupo de membros do partido planejou e assassinou Abraham Lincoln, o homem que consideravam responsável pela emancipação dos negros. Os republicanos aprovaram, então, a Décima Quarta Emenda, garantindo aos negros direitos iguais perante a lei, e a Décima Quinta Emenda, que deu aos negros o direito de votar. Tudo isso com a violenta oposição dos democratas.

Slide de 4"x3", que retrata John Wilkes Booth se inclinando para atirar no presidente Abraham Lincoln, enquanto este assiste a *Our American Cousin*, no Ford's Theater, em Washington, D.C. (14/4/1865) | Foto: Wikimedia Commons

Os votos de homens anteriormente escravizados ajudaram a dar ao Partido Republicano o controle da legislatura do estado do Mississippi, o que fez de Hiram Rhodes Revels o primeiro afro-americano no Senado dos Estados Unidos. Em 1870, a Carolina do Sul elegeu diretamente Joseph Rainey, outro afro-americano, também pelo Partido Republicano, para a Câmara dos Representantes dos EUA.

A Ku Klux Klan, criada exatamente pelos democratas, reagiu com manifestações noturnas aterrorizantes com homens encapuzados e tochas de fogo nas casas dos eleitores negros. Em todo o Sul, o linchamento e a intimidação eram predominantes. A KKK usou sigilo, intimidação, violência e assassinato para impedir que homens negros anteriormente escravizados votassem. Homens brancos que porventura usassem seus cargos e profissões para ajudar negros e seus apoiadores também viraram alvos do terror da KKK. Tudo para que a plataforma de Era da Reconstrução, que também visava dar aos negros direitos sociais, políticos e econômicos, não avançasse.

Depois que a Reconstrução terminou, em 1877, as legislaturas estaduais lideradas pelos democratas foram capazes de implementar as Leis Jim Crow, que garantiam a superioridade dos brancos e a segregação dos negros. Os eleitores negros foram intimidados ou simplesmente impedidos de ter um registro para votar. As novas leis colocaram obstáculos quase intransponíveis na forma de votar e de viver livremente para os negros.

A Ku Klux Klan inicial se desfez na década de 1870, em parte por causa de leis federais, mas também porque seus objetivos foram alcançados nos estados comandados pelo Partido Democrata. A organização seria revivida no início do século 20, com seu retrato falsamente heroico no filme *O Nascimento de uma Nação* (*The Birth of a Nation*), aclamado pelos democratas.

A Ku Klux Klan em Muncie, Indiana, EUA (1922) | Foto: Wikimedia Commons

Atualmente, muitos democratas se defendem dizendo que a escravidão acabou em 1865 e que, por isso, não podem ser colocados no balaio da culpa pelos erros pré-guerra do Partido Democrata. Porém, a digital segregacionista do partido vai do apoio à escravidão à cumplicidade na Ku Klux Klan. A organização fundada por um grupo de ex-soldados confederados teve como seu primeiro grande líder um general confederado que também foi delegado na Convenção Nacional Democrata.

Por mais que Harris repita sem parar que os republicanos são misóginos, curiosamente, o Partido Republicano não é apenas o partido dos direitos dos negros, mas também dos direitos das mulheres

A KKK, como mostra a história, logo se espalhou do Sul para o Centro-Oeste, e o Oeste e se tornou, nas palavras do historiador Eric Foner, "o braço terrorista doméstico do Partido Democrata, que na década de 1880 inventou a segregação e as Leis Jim Crow, que duraram até a década de 1960". Líderes democratas, incluindo pelo menos um presidente, dois juízes da Suprema Corte e inúmeros senadores e congressistas eram membros da Klan. O último deles, Robert Byrd, morreu em 2010 e foi elogiado pelos ex-presidentes Barack Obama e Bill Clinton.

E, por mais que Harris repita sem parar que os republicanos são misóginos, curiosamente, o Partido Republicano não é apenas o partido dos direitos dos negros, mas também dos direitos das mulheres. Os republicanos incluíram o sufrágio feminino em sua plataforma em 1896. Em 1916, o partido teve um apoio excepcional defendendo o direito de voto para as mulheres e, depois que os republicanos recuperaram o controle do Congresso, a Décima Nona Emenda concedeu o sufrágio feminino, e o voto feminino foi finalmente aprovado em 1919, sendo ratificado pelos estados no ano seguinte. A primeira mulher eleita para o Congresso foi a republicana Jeannette Rankin.

A festa da democracia do Partido Democrata desta semana foi encerrada com 100 mil balões caindo do teto do United Center, em Chicago, sob muitos aplausos. Agora, Kamala Harris pisa oficialmente na realidade de entrevistas e debates com Donald Trump. E cabe ao povo americano chancelar ou não o golpe dado em Joe Biden e nos eleitores do partido nas primárias.

Comemoração após o discurso de Kamala Harris, candidata presidencial democrata e vice-presidente dos EUA, no quarto dia da Convenção Nacional Democrata (DNC), no United Center, em Chicago, Illinois (22/8/2024) | Foto: Mike Segar/Reuters

Elon Musk *versus* Alexandre de Moraes | Foto: Montagem Revista Oeste/Lula Marques/Agência Brasil/Shutterstock

EDIÇÃO 231

O resultado da censura

Depois de receber ameaças por ter se recusado a cumprir uma ordem ilegal de Alexandre de Moraes, Elon Musk decide tirar o escritório do X do Brasil

LORIANE COMELI · 23 AGO 2024

Há uma semana o X/Twitter anunciou o fechamento do seu escritório no Brasil. A razão: as sucessivas ordens ilegais do ministro Alexandre de Moraes, que mandou desativar contas e perfis em desconformidade com a Constituição Federal e com as leis brasileiras, especialmente o Marco Civil da Internet. Em comunicado feito no sábado 17, a plataforma de Elon Musk disse que a rede social continua ativa aos brasileiros, mas precisava proteger sua equipe, ameaçada de multas e prisão pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na ordem sigilosa, que a conta oficial do Twitter publicou, Moraes entendeu que a representante do Twitter no Brasil, Rachel Villa Nova Conceição, agia de má-fé, tentando se ocultar para não ser intimada. Isso depois que o gabinete do ministro tentou intimar um representante que não fazia parte do Twitter desde abril. Por isso, impôs multa diária de R$ 20 mil a Rachel (além de multa à plataforma) e determinou a prisão da representante em 24 horas, caso não houvesse cumprimento integral da decisão — que consistia em retirar do ar perfis que supostamente cometiam irregularidades, além do "imediato afastamento da direção da empresa" privada.

Supremo Tribunal Federal

SIGILOSO

Ofício eletrônico nº 16121/2024

Brasília, 23 de julho de 2024.

Ao Senhor
Administrador da X Brasil Internet Ltda. (ex TWITTER Brasil Rede de Informação Ltda.)

Petição nº 11846

Senhor Administrador,

Nos termos do requerimento da autoridade policial, Delegado de Polícia Federal Fabio Fajngold, defiro conforme decisão proferida em 18 de julho de 2024, solicito-lhe que, **no prazo de 5 (cinco) dias**, forneça à autoridade policial os dados cadastrais referentes aos seguintes perfis:
@Lucelia05700188
@Isadora66118791
@crisarcangeli
@gabylabree
@MauricioCostaRS
@MrcioTe37532535
@suzana89716306
@BrazilWasStolen
@FerCerimedo_ok
@Pitanga535535
@Claudio531531
@JBBrasil1965

Atenciosamente,

Ministro Alexandre de Moraes
Relator
Documento assinado digitalmente

No documento da decisão de Moraes é possível ler que o ministro pediu o bloqueio de perfis que publicaram mensagens "antidemocráticas" ou com teor de ódio contra autoridades — não fica claro como isso teria sido configurado como uma infração às leis brasileiras | Foto: Reprodução

por meios eletrônicos, para que adotem as providências necessárias ao cumprimento integral da ordem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de:

(1) MULTA DIÁRIA DE R$ 20.000,00 (vinte mil reais) à administradora da empresa, RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA CONCEIÇÃO (CPF 255.747.418-57), CUMULATIVA ÀQUELA IMPOSTA À EMPRESA, bem como DECRETAÇÃO DE PRISÃO por desobediência à determinação judicial;

(2) IMEDIATO AFASTAMENTO DA DIREÇÃO DA EMPRESA.

À Secretaria para as providências cabíveis, bem como para a CERTIFICAÇÃO IMEDIATA DA INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS.
Ciência à Procuradoria Geral da República.
Cumpra-se.
Brasília, 16 de agosto de 2024.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES
Relator
Documento assinado digitalmente

O Twitter publicou o documento com a ordem de prisão para a representante do X no Brasil, Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, "por desobediência à determinação judicial". Rachel, no entanto, não fazia parte do Twitter desde abril | Foto: Reprodução

"Apesar de nossos inúmeros recursos ao Supremo Tribunal Federal não terem sido ouvidos, de o público brasileiro não ter sido informado sobre essas ordens e de nossa equipe brasileira não ter responsabilidade ou controle sobre se o conteúdo é bloqueado em nossa plataforma, Moraes escolheu ameaçar nossa equipe no Brasil em vez de respeitar a lei ou o devido processo legal", afirmou a rede X.

Global Government Affairs
@GlobalAffairs · Seguir

Last night, Alexandre de Moraes threatened our legal representative in Brazil with arrest if we do not comply with his censorship orders. He did so in a secret order, which we share here to expose his actions.

Despite our numerous appeals to the Supreme Court not being heard,... Mostrar mais

11:42 AM · 17 de ago de 2024

113,6 mil · Responder · Compartilhar este post

Ler 8,8 mil respostas

O comunicado expressa profunda tristeza "por termos sido forçados a tomar essa decisão" e atribui a responsabilidade "exclusivamente a Alexandre de Moraes". "Suas ações são incompatíveis com o governo democrático. O povo do Brasil tem uma escolha a fazer — democracia ou Alexandre de Moraes."

Logo depois, Musk publicou uma ordem de Moraes que requisitava os dados cadastrais de 12 contas. Segundo o empresário, a divulgação desses dados violaria as leis do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos. "Devido às exigências da 'Justiça' (Alexandre de Moraes) no Brasil, que exigiria que violássemos (em segredo) as leis brasileiras, argentinas, americanas e internacionais, o Twitter não teve escolha a não ser fechar nossas operações locais no Brasil", escreveu. "Ele é uma vergonha total para a Justiça."

Elon Musk
@elonmusk · Seguir

Due to demands by "Justice" @Alexandre in Brazil that would require us to break (in secret) Brazilian, Argentinian, American and international law, 𝕏 has no choice but to close our local operations in Brazil.

He is an utter disgrace to justice.

Global Government Affairs @GlobalAffairs
Last night, Alexandre de Moraes threatened our legal representative in Brazil with arrest if we do not comply with his censorship orders. He did so in a secret order, which we share here to expose his actions.

Despite our numerous appeals to the Supreme Court not being heard,...

1:04 PM · 17 de ago de 2024

235,4 mil · Responder · Compartilhar este post

Ler 9,4 mil respostas

'Alexandre de Moraes investiga, acusa, julga, pune'

Mas o que o fechamento do escritório do X no Brasil significa? Como disse a plataforma, "o serviço do X continua disponível para a população do Brasil", ou seja, os usuários podem continuar com suas contas. Outro efeito é que a plataforma deixa de se submeter à jurisdição brasileira, e seus representantes legais não podem mais ser multados ou presos, salvo na remota e demorada hipótese de cooperação internacional. Porém, isso não impede o banimento da rede social do Brasil, como já ocorre em ditaduras ao redor do mundo.

"A partir do momento em que não há um responsável legal pelo serviço no Brasil", explicou o advogado Fabrício Rebelo, "se uma ordem judicial emitida à empresa vier a ser eventualmente descumprida, não haverá como impor seu cumprimento forçado, e isso pode resultar, como forma de impedir o funcionamento sem esse cumprimento, no bloqueio da plataforma".

Para Rebelo, ainda que as ordens de Moraes sejam manifestamente ilegais, apenas o próprio Judiciário faria essa avaliação. "Sim, é ilegal — como tantas outras ordens", afirma. "O problema é que, por mais manifesta que seja a ilegalidade, a ordem judicial tem presunção de ser legal até que alguma decisão também judicial diga que não é. No caso específico do representante do X, se um tribunal disser que a ordem judicial é ilegal, não há nenhuma punição; mas, se um tribunal entender que, por mais absurda que tenha sido, a decisão era legal, a punição continua. Ou seja, a palavra final sempre será do Judiciário. E quem revisaria uma decisão da Suprema Corte?"

Uma das ilegalidades reside no fato de que o artigo 19 do Marco Civil da Internet determina que a ordem judicial para retirar conteúdo do ar contenha "identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente", e não a remoção de perfis inteiros. E que respeite "a liberdade de expressão e demais garantias previstas no artigo 5º da Constituição Federal".

"O bloqueio de conteúdos deve ocorrer com base em decisão judicial e apenas depois do devido processo legal, garantindo-se o direito de defesa e o cumprimento das normas legais vigentes no país", explica o especialista em Direito Digital Alexander Coelho. "As decisões do ministro, especialmente em um contexto de decisões rápidas e de elevadas multas, levantaram preocupações sobre a violação desses princípios fundamentais. O que houve foi uma decisão arbitrária do STF, onde o Alexandre de Moraes investiga, acusa, julga, pune."

Alexander Coelho, especialista em Direito Digital: "As decisões do ministro, especialmente em um contexto de decisões rápidas e de elevadas multas, levantaram preocupações sobre a violação desses princípios fundamentais. O que houve foi uma decisão arbitrária do STF, onde o Alexandre de Moraes investiga, acusa, julga, pune"

'Isso nos rebaixa como democracia'

Um eventual bloqueio do X feito pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a mando do Judiciário, não impediria necessariamente o acesso à plataforma. A rede social poderia ser acessada pela rede privada VPN, que permite conectar-se à internet como se estivesse em outro país e, segundo os advogados, não é ilegal — nenhuma lei regula o dispositivo.

"Nesse caso, de um eventual banimento do X, as pessoas poderiam acessá-lo com VPN, e o Alexandre de Moraes e o STF podem ficar chorando, gritando, esperneando... Até na China tem gente que usa X, Facebook, YouTube", avalia o advogado e professor Paulo Antonio Papini, mestre em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa. Segundo Papini, vigora um ambiente autoritário no Judiciário brasileiro.

O X é proibido na China, Coreia do Norte, Irã, Rússia, Nigéria, Mianmar e Turcomenistão. Recentemente, depois de ser acusado de fraudar as eleições, o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, suspendeu a rede social por dez dias

"Isso nos rebaixa como democracia", observa Coelho. "Num país sério, onde a democracia é respeitada, a liberdade de expressão e a segurança jurídica são, de fato, garantias constitucionais. Três coisas caminham sempre juntas: democracia, liberdade de informação e liberdade de expressão. Se você tirar um desses três, os outros dois deixam de existir".

O X é proibido na China, Coreia do Norte, Irã, Rússia, Nigéria, Mianmar e Turcomenistão. Recentemente, depois de ser acusado de fraudar as eleições, o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, suspendeu a rede social por dez dias. Embora não se conheçam regimes democráticos nos quais o X tenha fechado escritórios para fugir da censura, aliados do governo Lula subestimaram a decisão de Musk.

A morte civil

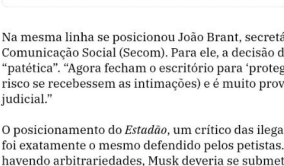
Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário, que escreveu "*By by* [*sic*] Elon Musk!", disse que o bilionário "transformou o X em uma plataforma de proteção da atuação criminosa da extrema direita brasileira. O Estado brasileiro não pode admitir que uma rede social permita a prática de crimes".

Paulo Teixeira
@pauloteixeira13 · Seguir

By by @elonmusk !

6:02 PM · 17 de ago de 2024

2,2 mil · Responder · Compartilhar este post

Ler 3,1 mil respostas

Na mesma linha se posicionou João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Para ele, a decisão da plataforma de ignorar ordens judiciais é "patética". "Agora fecham o escritório para 'proteger os funcionários' (que não teriam qualquer risco se recebessem as intimações) e é muito provável que deixem de cumprir qualquer ordem judicial."

O posicionamento do *Estadão*, um crítico das ilegalidades dos inquéritos "perpétuos" de Moraes, foi exatamente o mesmo defendido pelos petistas. Em editorial, o jornal afirmou que, mesmo havendo arbitrariedades, Musk deveria se submeter a Moraes. "Pode-se questionar a própria natureza do inquérito das *fake news*, sua inexplicável longevidade e seu absurdo sigilo, sem mencionar o fato de que o ministro Moraes acumula diversas funções, algumas das quais caberiam ao Ministério Público. Ainda assim, as ordens dadas pelo magistrado, como as de qualquer juiz, devem ser acatadas." Com a conduta de fechar o escritório do X aqui, segundo o jornal, Musk "alimenta o discurso da extrema direita brasileira".

A decisão de Musk sobre o Brasil também repercutiu nos principais jornais do mundo. *The New York Times* e *The Wall Street Journal* lembraram da briga de Musk com Moraes, que ficou evidente em abril, quando os jornalistas Michael Shellenberger e David Ágape tornaram públicas dezenas de ordens do ministro mandando fechar contas de políticos e influenciadores conservadores. Os *Twitter Files Brasil* foram parar no Congresso dos Estados Unidos, e centenas de documentos até então sigilosos, que faziam parte dos inquéritos secretos das *fake news* e das "milícias digitais" de Moraes, foram publicados.

GONZALO FUENTES/REUTERS

Elon Musk Closes X Office in Brazil Over Fight With Judge

By Jack Nicas August 18, 2024

The billionaire said he would shutter his social network's Brazil operations instead of complying with a Brazilian judge's orders to suspend accounts.

The New York Times

Notícia publicada no New York Times: "Elon Musk fecha escritório do X no Brasil por causa de briga com juiz" (18/8/2024) | Foto: Reprodução/NYT

THE WALL STREET JOURNAL.

Latest World Business U.S. Politics Economy Tech Markets & Finance Opinion Arts Lifestyle

Elon Musk's X to Close Operations in Brazil as Clash Over Content Escalates

Government threats about how it moderates its platform left the company 'no choice,' Musk says

By *Ginger Adams Otis* Follow

Updated Aug. 17, 2024 10:20 pm ET

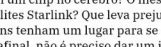
Notícia publicada no *Wall Street Journal*: "X de Elon Musk fechará operações no Brasil enquanto conflitos sobre conteúdo aumentam. Ameaças do governo sobre como modera sua plataforma deixaram a empresa 'sem escolha', diz Musk" (17/8/2024) | Foto: Reprodução/WSJ

A *Gazeta do Povo*, em editorial, considerou a decisão de Musk acertada e necessária diante dos abusos de Moraes, cujas decisões "forçam as empresas de mídia social a calar terceiros, seus usuários, em uma atitude que, como também já afirmamos, consiste em um 'silenciamento puro e simples' e 'uma versão moderna do que antigamente se chamava de 'morte civil'". Dessa forma, conclui o jornal, "resistir ao abuso, dizer 'não' a uma ordem injusta, venha de onde vier, e arcar com as consequências é uma necessidade para quem não quer se tornar cúmplice da injustiça e do arbítrio".

Elon Musk | Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

| EDIÇÃO 231

O linchamento de Elon Musk

A imprensa internacional está tratando o bilionário como um bandido perigoso. Por quê?

DAGOMIR MARQUEZI · 23 AGO 2024

Lembra de Elon Musk, o bilionário sul-africano? Aquele que faz seus foguetes pousarem de pé? Aquele que quer criar uma colônia em Marte para dar uma chance aos humanos caso a Terra seja destruída? Elon Musk, o empresário que está batalhando para fazer paraplégicos andarem com um chip no cérebro? O mesmo que garante que a internet não falte a ninguém com a rede de satélites Starlink? Que leva prejuízo comprando o Twitter (que virou X) para que as pessoas comuns tenham um lugar para se expressar livremente? Que encheu o mundo de carros elétricos, pois, afinal, não é preciso dar um jeito nas mudanças climáticas?

Pois é. Agora Elon Musk está sendo julgado diariamente como um criminoso, um perigo global. Por vários motivos.

Caso 1 — O fechamento do X no Brasil

Em matéria publicada recentemente, o jornalista Jack Nicas, correspondente no Rio de Janeiro do *New York Times*, julga, condena e executa Elon Musk. "Após a derrota eleitoral do Sr. Bolsonaro em 2022, seu movimento político de extrema direita estava fraquejando", escreveu Nicas. "Ele foi considerado inelegível para concorrer na próxima eleição e estava sob investigação em vários casos que poderiam levar à prisão. Ele e seus apoiadores estavam lutando para encontrar uma voz. Então, o Sr. Musk chegou com uma torrente de postagens criticando duramente o Sr. [*Alexandre de*] Moraes. Ao longo de 17 dias em abril, o Sr. Musk postou sobre o Sr. Moraes mais de duas dúzias de vezes, chamando o juiz de ditador e comparando-o a Darth Vader."

A repórter Jaclyn Peiser, do *Washington Post*, vai um pouco além na sua "imparcialidade". Ela declara o juiz Alexandre de Moraes "um dos mais agressivos combatentes da desinformação no mundo (...) Em suas ordens iniciais para o X no início deste ano, Moraes escreveu que 'as redes de mídia social não são uma terra sem lei'. O juiz também acusou Musk de travar uma 'campanha de desinformação' contra o tribunal (...) O impasse foi visto como o mais recente teste no debate global sobre liberdade de expressão *versus fake news*".

O correspondente anônimo da revista britânica *Economist* escreveu que os brasileiros adoram WhatsApp e redes sociais. E que "isso torna o Brasil um terreno fértil para a disseminação de desinformação e de esforços para regulá-la". A conclusão resumida da matéria da *Economist* é que brasileiros adoram redes sociais e, portanto, é preciso regulamentação para evitar que elas disseminem a ideia de um golpe de extrema direita de Jair Bolsonaro ajudado por Elon Musk. Simples assim.

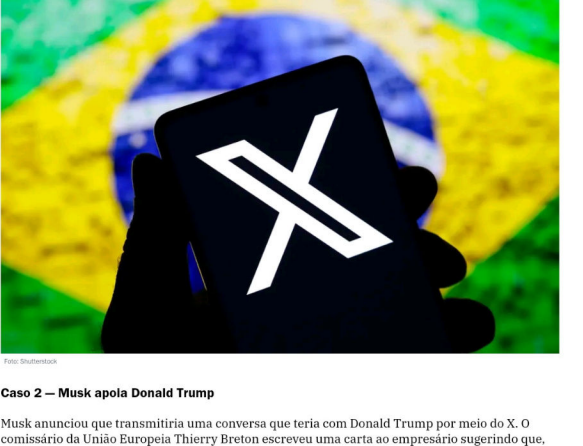



Foto: Shutterstock

Caso 2 — Musk apoia Donald Trump

Musk anunciou que transmitiria uma conversa que teria com Donald Trump por meio do X. O comissário da União Europeia Thierry Breton escreveu uma carta ao empresário sugerindo que, se não fosse controlada, a transmissão poderia gerar "agitação pública provocada pela amplificação de conteúdos que promovem o ódio, a desordem, a incitação à violência ou certos casos de desinformação (...)". Em seguida, o burocrata afirmou "estar extremamente vigilante a qualquer evidência que indique violações do DSA [*Ato de Serviços Digitais*] e que não hesitará em fazer pleno uso da nossa caixa de ferramentas, incluindo a adoção de medidas provisórias, caso seja necessário proteger os cidadãos da UE de danos graves". Tudo isso por causa de uma *live*.

Linda Yaccarino, executiva-chefe do X, descreveu o alerta de Thierry Breton como "uma tentativa sem precedentes de estender uma lei destinada a ser aplicada na Europa às atividades políticas nos EUA. Também trata com condescendência os cidadãos europeus, sugerindo que são incapazes de ouvir uma conversa e tirar as suas próprias conclusões". Elon Musk respondeu com um simples "*bonjour*".

O site *CNN Business* já está pensando em crimes futuros: "Para Musk, o privilégio potencial de sussurrar no ouvido de Trump, caso ele seja reeleito, poderia dar ao bilionário ainda mais poder no cenário global. E beneficiar seu império empresarial, que depende amplamente de contratos governamentais e de políticas favoráveis".

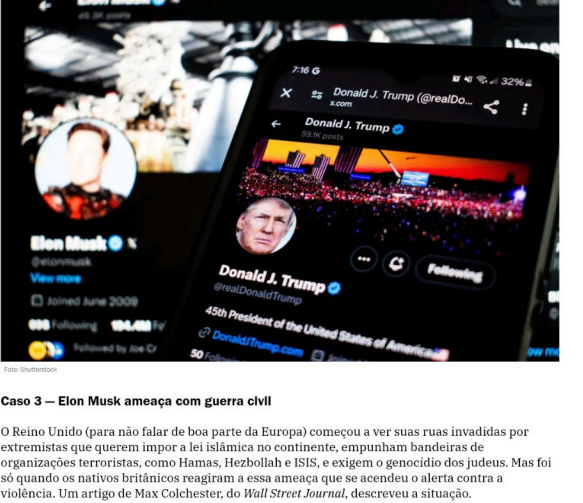



Foto: Shutterstock

Caso 3 — Elon Musk ameaça com guerra civil

O Reino Unido (para não falar de boa parte da Europa) começou a ver suas ruas invadidas por extremistas que querem impor a lei islâmica no continente, empunham bandeiras de organizações terroristas, como Hamas, Hezbollah e ISIS, e exigem o genocídio dos judeus. Mas foi só quando os nativos britânicos reagiram a essa ameaça que se acendeu o alerta contra a violência. Um artigo de Max Colchester, do *Wall Street Journal*, descreveu a situação.

Segundo Colchester, estava tudo tranquilo, mas a "pior agitação social em uma década" só começou quando surgiram os protestos anti-imigração. "O governo britânico, tentando conter a pior agitação social em uma década após uma série de protestos anti-imigração que foram turbinados pela desinformação on-line, agora está lutando para conter outro agitador: Elon Musk."

Um dos pecados de Musk, segundo o *Washington Post*, foi dar uma resposta ao novo primeiro-ministro britânico, Keir Starmer. Starmer disse que "nós não vamos tolerar ataques a mesquitas ou comunidades muçulmanas". Musk respondeu: "Você não deveria estar preocupado com ataques a todas as comunidades?".

Caso 4 — Elon Musk contra o(a) boxeador(a) trans

Imane Khelif, o boxeador "interssexual" argelino, resolveu também chamar mais gente para a briga. Depois de ganhar a medalha de ouro na Olimpíada de Paris, Khelif abriu um processo de "*cyberbullying*" contra, entre outros, Elon Musk e a escritora J. K. Rowling. (Donald Trump também está na mira.)

A colunista do jornal *The Times* Camilla Long escreveu: "Muitos acreditam que Khelif, que dizem ter cromossomos XY, é de fato um homem. Mas as Olimpíadas acolhem pessoas independentemente de suas 'variações sexuais' — seja lá o que isso signifique —, mesmo que tenham sido desqualificadas de outras grandes competições por falharem em testes de sexo, como Khelif no ano passado. Então aqui estava esse Hulk musculoso e de queixo quadrado, elevando-se sobre Carini, dando socos tão fortes que a italiana não conseguia continuar. Foi chocante. '*Non è giusto*', soluçou Carini, que desistiu após 46 segundos. Não é justo".

Musk já declarou várias vezes que a cultura *woke* é um perigo para a civilização. E foi atingido diretamente por ela

Segundo Khelif, o "frenesi da mídia contra ela" feriu sua "dignidade humana". Como? Rowling postou uma foto da luta contra Angela Carini e escreveu que estava vendo um homem "curtindo a angústia de uma mulher em quem ele acabou de dar um soco na cabeça".

Elon Musk fez muito menos — apenas repostou um texto da nadadora Riley Gaines que declarou que "homens não pertencem aos esportes femininos". E Donald Trump postou uma foto da luta entre Khelif e Carini com a mensagem: "Eu vou manter os homens fora dos esportes femininos!".

Depois de ganhar o ouro em Paris, Imane Khelif vai tentar ganhar uma bolada processando três bilionários. O crime deles? Opinião.

Imane Khelif, da Argélia, comemora a vitória contra Yang Liu, da China | Foto: Reuters/Pilar Olivares

Caso 5 — Elon Musk é cruel com a filha

Musk já declarou várias vezes que a cultura *woke* é um perigo para a civilização. E foi atingido diretamente por ela. Seu filho mais velho, Xavier, aos 16 anos, se declarou transgênero e mudou o nome para Vivian Jenna Wilson.

Musk não gostou da notícia. Mas o que o machucou de verdade foi que Xavier — agora Jenna — se tornou marxista radical. "Ela foi além do socialismo", disse o empresário, "para se tornar uma comunista completa e pensar que qualquer pessoa rica é má".

Em entrevista à rede NBC, Jenna acusou o pai de ser "cruel" na sua infância por ela ser "*queer*" e feminina. Além disso, segundo Jenna, Elon seria "frio", facilmente raivoso, narcisista, ausente e "a assediou por exibir traços femininos e a pressionou a parecer mais masculina, inclusive forçando-a a engrossar a voz já na escola primária". Musk a declarou "assassinada pelo vírus do pensamento *woke*".

Assista no X

Caso 6 — o X é um perigo para o mundo

A jornalista Alison O'Connor, do *Times*, atacou não só o dono do X, como a rede social como um todo. O'Connor publicou, no dia 18 de agosto, um artigo chamado "Eu ainda uso Twitter, mas não tenho orgulho disso". "Já faz algum tempo que venho tentando ignorar todos os sinais de alerta", diz a jornalista. "O abuso e a desinformação que você vê toda vez que visita a plataforma. Mais amplamente e sem exagero, vendo seu dono Elon Musk usando-a para tornar o mundo um lugar mais perigoso."

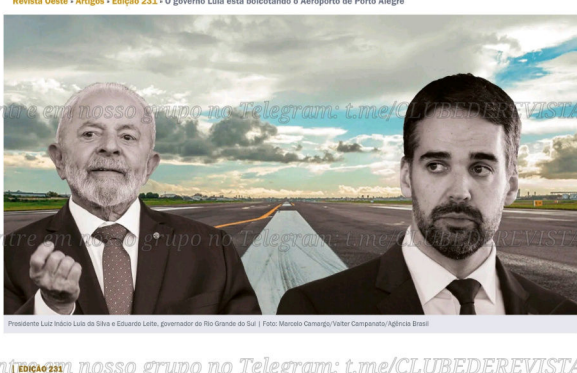
Alison diz que sente saudade da inocência dos primeiros tempos do Twitter. Mas que está chocada com a entrevista de Donald Trump a Elon Musk, no X. "Trump foi expulso do Twitter após os tumultos de 6 de janeiro de 2021, mas a partir desta semana ele voltou a tuitar regularmente após sua 'conversa' com Musk, o presidente-executivo do site, na noite de segunda-feira. Isso continha toda a raiva e mentiras usuais, os lembretes da enorme ameaça que esses dois homens representam para as democracias em todo o mundo. Quão terrivelmente apropriado que eles agora estejam usando um ao outro para seus próprios ganhos nefastos enquanto continuam a destruir o discurso público."

Conclusão: o que é desinformação?

Elon Musk é um santo? Ninguém é. Ele pode e deve ser criticado quando faz coisas condenáveis. Musk deveria pensar mais em suas empresas e conquistas científicas e se envolver menos com política? Pode ser. Seu envolvimento com Donald Trump é um erro? Deveria apoiar a filha e a boxeadora trans? Deveria aceitar calado as ordens de Alexandre de Moraes? Deveria apoiar o Hamas? Conclua o que você quiser. É o seu direito. Mas não confunda opinião com "desinformação".

"Existe o desafio de definir 'desinformação'", escreveu Gerry Baker para o jornal *The Times*. "Quem decide? Quatro anos atrás, o Twitter censurou postagens alegando que a covid-19 começou em um laboratório chinês. Isso agora é amplamente aceito como uma explicação plausível para a pandemia."

"O desejo de controlar o que as pessoas dizem e até pensam é um traço sinistro das elites", declarou Baker em seu artigo. "Ele reflete um autoritarismo tecnocrático pelo qual a esquerda moderna busca guiar as massas ignorantes para a sabedoria. Musk comprou o Twitter para criar um veículo para o pluralismo que desafia diretamente esse instinto profundamente antidemocrático. Deveríamos agradecer a ele, não silenciá-lo."

@dagomir
dagomirmarquezi.com

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul | Foto: Marcelo Camargo/Valter Campanato/Agência Brasil

| EDIÇÃO 231

O governo Lula está boicotando o Aeroporto de Porto Alegre

E pretende, em sua voracidade tributária, aumentar o controle sobre a comercialização de criptomoedas no Brasil

CARLO CAUTI • 23 AGO 2024

O governo Lula estaria deliberadamente boicotando o Aeroporto de Porto Alegre, postergando sua reabertura integral e a retomada de todos os voos. Segundo o CEO de uma companhia aérea, que preferiu manter anonimato, o aeroporto da capital gaúcha estaria “100% pronto para reabrir as portas normalmente, mas o Executivo está criando empecilhos para prejudicar o governador Eduardo Leite”.

A coluna entrou em contato com a Fraport Brasil, administradora do Aeroporto de Porto Alegre, que confirmou que a estrutura já está apta para a retomada dos voos.

Governador furioso

Fontes do governo gaúcho informaram que Leite estaria furioso com o presidente Lula por causa da negativa em reabrir o aeroporto.

O governador já vinha se queixando da não entrega dos recursos prometidos pelo governo para o Estado.

E agora está cada vez mais percebendo as atitudes de Lula como uma forma de sabotagem de seu governo, para evitar que em 2026 ele possa se apresentar como um candidato competitivo à Presidência da República.

Fraport Brasil, administradora do Aeroporto de Porto Alegre, confirmou que a estrutura já está apta para a retomada dos voos | Foto: Divulgação

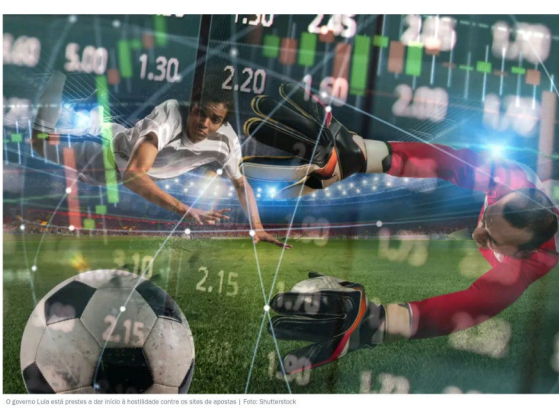
***

Planalto em guerra contra as *bets*

O governo Lula está prestes a dar início à hostilidade contra os sites de apostas — as chamadas *bets*.

O Executivo estaria preparando um conjunto de mecanismos para bloquear o alcance e o acesso a sites que não estiverem legalizados a partir de janeiro de 2025.

Somente casas de apostas regularizadas junto ao Ministério da Fazenda poderão atuar no Brasil, recebendo o domínio “.bet.br”.

Já existem conversas com técnicos do Banco Central para identificar remessas financeiras de sites ilegais, principalmente os hospedados em outros países. E com empresas de telecomunicação para garantir a derrubada dos endereços ilegais.

O governo Lula está prestes a dar início à hostilidade contra os sites de apostas | Foto: Shutterstock

***

Brasileiro adora uma cripto...

O brasileiro se confirma apaixonado pelas criptomoedas. Segundo dados da Bitso, empresa líder no setor, o Brasil é o principal país na América Latina em serviços financeiros baseados em criptomoedas.

O país tem a maior proporção de *bitcoins* da região, cerca de 60% das carteiras latino-americanas.

...mas governo quer uma boquinha

O governo Lula, em sua voracidade tributária, não poderia perder uma chance como essa.

O Executivo pretende lançar ainda neste ano um programa para aumentar o controle sobre a comercialização de criptomoedas no Brasil.

O objetivo seria impor às plataformas de comercialização, as *exchanges*, a passagem pelo Programa Remessa Conforme, utilizado para fiscalizar as importações de produtos até US$ 50.

O Brasil é o país líder na América Latina em serviços financeiros baseados em criptomoedas | Foto: Shutterstock

***

Boom imobiliário no Brasil?

O mercado imobiliário brasileiro continua registrando números recorde.

Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), as vendas alcançaram 180.162 unidades no primeiro semestre, um crescimento de 15% na comparação com o mesmo período de 2023.

Por sua vez, os lançamentos do Minha Casa, Minha Vida somaram quase 45 mil unidades no segundo trimestre do ano. Uma alta de mais de 86% na comparação anual.

O programa de casas populares recebeu um suplemento de R$ 22 bilhões no Orçamento, o que dá tranquilidade para o desenvolvimento de novos projetos.

***

Celulose brasileira conquista o mundo

As exportações de celulose brasileira registraram alta de 19% nos primeiros seis meses do ano na comparação com o mesmo período de 2023, alcançando cerca de US$ 5 bilhões. Quase metade desse montante foi para a China.

Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), o desempenho foi puxado pelo crescimento tanto do volume quanto dos preços.

No primeiro semestre, foram produzidas quase 13 milhões de toneladas da matéria-prima, alta de aproximadamente 6% na comparação anual. Dessas, 9,5 milhões de toneladas foram enviadas ao exterior.

***

Dividendos da Petrobras chegando, silêncio no PT

A Petrobras pagou na última terça-feira, 20, a primeira parcela de um total de mais de R$ 13 bilhões em proventos, referentes ao primeiro trimestre de 2024. Diferentemente do passado, desta vez nenhum expoente do PT protestou nas redes sociais contra o pagamento bilionário.

A Petrobras foi a recordista de distribuição de dividendos no segundo trimestre de 2024. A petrolífera desembolsou o maior volume entre as empresas listadas, superando os R$ 37 bilhões pagos. Uma alta de quase 23% em relação ao mesmo período de 2023.

Petrobras pagou na última terça-feira, 20, a primeira parcela de um total de R$ 13,45 bilhões em proventos | Foto: Shutterstock

***

Mercado prevê juros em alta

A XP começou a prever que até o final do ano a taxa básica de juros (Selic) será elevada pelo Banco Central, passando de 10,5% para 11,75%, chegando a 12% no final de 2025.

O cenário da XP mudou após o mais recente comunicado do Copom, que sinalizou uma possível alta dos juros.

***

Pessimismo com o Brasil

O mercado internacional começa a mostrar pessimismo com o Brasil. Em nota enviada a seus clientes, a consultoria americana Capital Economics se disse pessimista com ações e câmbio no Brasil.

Segundo o documento, as *commodities*, principalmente petróleo e minério, não conseguirão se recuperar das perdas recentes. Mantendo o real em um patamar muito desvalorizado em relação ao dólar.

Para a Capital Economics, os preços das commodities vão cair ainda mais, principalmente por causa da desaceleração estrutural da China.

***

Pode faltar energia no Brasil

O Operador Nacional do Sistema (ONS) alertou sobre o risco de faltar energia em horário de pico no Brasil, por falta de chuvas.

Por isso, segundo o órgão, seria necessário ligar as centrais termelétricas para garantir o abastecimento.

A estiagem mais severa que atinge grandes hidrelétricas se agravou nos últimos meses.

***

Margem Equatorial, agora vai?

A decisão do Ibama sobre a Margem Equatorial pode sair até o final do ano.

O Ibama estima que poderá deliberar sobre o licenciamento para a perfuração na Bacia da Foz do Rio Amazonas, no Amapá, depois de analisar informações adicionais recebidas pela Petrobras.

Entretanto, o órgão ainda pode pedir mais dados e documentos para a estatal petrolífera, caso considere que os estudos apresentados ainda são insuficientes.

Margem Equatorial

Amapá Águas Profundas

Bacia da Foz do Amazonas

Blocos de Portfólio

Petrobras Operadora

Petrobras Não-Operadora

Outras Companhias

GUIANA FRANCESA

AMAPÁ

Bacia do Pará-Maranhão

Bacia de Barreirinhas

Bacia do Ceará

PARÁ

Bacia Potiguar

MARANHÃO

PIAUÍ

CEARÁ

RIO GRANDE

PETROBRAS

Foto: Reprodução/Redes Sociais

Clérigos muçulmanos comparecem para ouvir o discurso do líder do Hezbollah, Sayyed Hassan Nasrallah | Foto: Alkis Konstantinidis/Reuters

| EDIÇÃO 231

Por que devemos lutar pelo direito de criticar o Islã

Em vez de atenuar, uma repressão de Estado à 'islamofobia' inflamaria as tensões sociais

BRENDAN O'NEILL, DA SPIKED - 23 AGO 2024

Lá se vai o "novo dia" de Keir Starmer para a Grã-Bretanha. Ele parece mais propenso a nos levar de volta à Idade das Trevas. De acordo com relatos, o primeiro-ministro está pensando em adotar uma definição de "islamofobia" que poderá levar à censura de pessoas que disserem algo contundente demais sobre o Islã — ou seja, que cometerem o pecado da blasfêmia, fizerem uma declaração obscena sobre o Profeta ou seus seguidores. Um mês atrás, Starmer se mudou para o endereço do primeiro-ministro britânico, em Downing Street, falando sobre o "raiar do sol da esperança", e agora ameaça cobrir a Grã-Bretanha com a nuvem negra da censura medieval.

O *Telegraph* diz que Starmer e Angela Rayner, sua vice, estão avaliando um "leque de opiniões" sobre a possibilidade de estabelecer uma definição assustadoramente ampla de "islamofobia". Elaborada pelo Grupo Parlamentar Suprapartidário sobre os Muçulmanos Britânicos há alguns anos, ela diz que "a islamofobia tem suas raízes no racismo e é um tipo de racismo que tem como alvo expressões de muçulmanidade ou percepção de muçulmanidade". Expressões de muçulmanidade? Como a burca, por exemplo? Ou o próprio Alcorão? Ou a crença islâmica sincera de que a apostasia é um dos piores crimes que um muçulmano pode cometer? Se você "atacasse" essas "expressões de muçulmanidade" — com críticas, zombaria, talvez até sátiras — poderia ser considerado "racista"?

Foto: Shutterstock

Eu não me importaria se o governo adotasse uma definição de preconceito antimuçulmano que poderíamos descrever como "perseguição ou violência contra muçulmanos". Mas demonizar o discurso que tem como alvo *expressões de muçulmanidade* é algo totalmente diferente. É assustador. E propõe implicitamente não apenas a proteção das pessoas — com que todos concordamos —, mas também a proteção das ideias contra a ridicularização. A proteção das "expressões" religiosas — de forma literal — contra uma zombaria supostamente perigosa. Os muçulmanos merecem segurança, claro. Mas a muçulmanidade? Nem tanto. Nenhuma crença, nenhum deus, profeta, moda ou livro deve ser protegido contra discussões, ou mesmo contra o desdém.

As 74 chibatadas e o puxão de orelha

Se os trabalhistas de fato adotarem essa definição de "islamofobia", isso não vai ter valor legal. Não seria contra a lei — pelo menos, ainda não — zombar de "expressões de muçulmanidade" (ou seja, ideias islâmicas). Quem cometer blasfêmia contra Maomé não será levado para a Trafalgar Square para ser atacado com frutas podres. Mas as organizações de todo o país — da polícia ao Judiciário, de universidades a empresas privadas — seriam incentivadas a adotar e agir de acordo com essa definição. E as consequências disso seriam terríveis. Boa sorte se disser que "o *niqab* é muito sexista" ou que "o Alcorão é uma bobagem" no refeitório de um local de trabalho que tenha aderido ao ditame de que se irritar com "expressões de muçulmanidade" é uma espécie de racismo.

Não precisamos nem esperar que o governo trabalhista imponha essa definição para ver como a obsessão pela islamofobia pode ser prejudicial à liberdade. Há anos existe uma restrição informal contra a blasfêmia anti-islâmica na Inglaterra. Pessoas foram demitidas, banidas e até mesmo perseguidas pelo suposto pecado de revirar os olhos diante de "expressões de muçulmanidade". Quem se esquece do avô que foi demitido da Asda por compartilhar em seu perfil do Facebook uma esquete de Billy Connolly que zombava do Islã? Ou do condutor de trem que foi demitido por comemorar o fim do *lockdown* e a reabertura dos bares com as palavras "*thank fuck*" (algo como "obrigado, porra") porque com certeza nenhum de nós quer viver em um "califado muçulmano sem álcool"? Ou de quando o ginasta Louis Smith foi suspenso por dois meses depois que veio à tona um vídeo em que ele está bêbado e "parece estar zombando do Islã"? Fora, blasfemo!

Então já existe uma situação em que você pode ser censurado — de forma severa — por zombar do Islã. No Irã, você leva 74 chibatadas por insultar Alá; na Grã-Bretanha, leva um puxão de orelha e talvez perca o emprego. Mas, do ponto de vista moral, isso equivale à mesma coisa: punição por blasfêmia.

Ilustração: Jorm Sangsorn/Shutterstock

Também houve atos de censura mais sinistros. No ano passado, um estudante de 14 anos de Wakefield foi suspenso da escola por "arranhar" levemente um exemplar do Alcorão. Os policiais, em um arremedo vergonhoso da polícia moral do Irã, iniciaram uma investigação sobre esse suposto "incidente de ódio". Ora, vamos facilitar: *incidente de blasfêmia*. A mãe do menino foi pressionada a fazer um lamentável pedido de desculpas público. Foi um espetáculo grotesco: uma mãe implorando misericórdia para seu filho supostamente ímpio, como algo saído do Afeganistão.

Temos também o caso do professor da escola Batley Grammar que foi perseguido por uma multidão fundamentalista e teve que se esconder. A transgressão? Ele mostrou para os alunos uma imagem de Maomé durante uma discussão em sala de aula sobre blasfêmia e liberdade de expressão. Foi em 2021. Ele continua escondido em 2024, de tão ferozes que foram os insultos e as ameaças de morte que recebeu por "ofender" o Profeta. É abominável que os trabalhistas estejam considerando implantar uma definição ainda mais rigorosa de "islamofobia" nesse clima. Isso inflamaria o fanatismo. Encorajaria os fundamentalistas. E faria com que mais pessoas fossem levadas para as sombras por multidões indignadas com sua "blasfêmia". O governo vai colocar em risco a liberdade e até mesmo a vida de seus cidadãos se adotar esse decreto contra o discurso anti-islâmico.

A censura é a parteira da instabilidade

A crença mais estúpida das autoridades é que a solução para as tensões sociais é a censura. Os tumultos do começo de agosto, que incluíram atos flagrantes de fanatismo anti-muçulmano, parecem ter convencido algumas autoridades de que são necessárias regras mais firmes contra a "islamofobia" imediatamente. A classe ativista está pressionando o governo para "tipificar claramente" o conceito de islamofobia para combater o "crescente preconceito contra os muçulmanos". Essa insensatez é incalculável. Mais censura à blasfêmia anti-Islã não traria paz a um país em frangalhos. Faria o oposto. Isso aprofundaria as trincheiras da guerra cultural e inflamaria ainda mais a desordem social.

Ao comunicar a determinados setores da sociedade que seu sistema de crenças é tão perfeito que nenhum pobre mortal ou gentalha pode ridicularizá-lo, a censura promove a arrogância, a intolerância e o conflito

A lei de blasfêmia do Partido Trabalhista, introduzida pela porta dos fundos, teria efeitos devastadores. Primeiro, fortaleceria os fanáticos islâmicos. Seria uma licença para sua intolerância. E diria que eles têm razão em se sentir prejudicados por críticas à sua religião e que têm o direito de buscar a punição de quem fez a crítica. Isso daria peso oficial ao seu desejo retrógrado de acabar com toda profanação anti-Islã. E, em segundo lugar, geraria um ressentimento entre muitos não muçulmanos. Se não quiser ser conhecido como "dois pesos, duas medidas", Starmer precisa ter muito cuidado para não criar uma situação em que uma pessoa pode dizer o que quiser sobre Cristo e a Bíblia, mas vai sofrer um exílio violento da vida cotidiana se falar mal de Alá ou do Alcorão. A guerra das elites contra a "islamofobia" na verdade piora o fanatismo antimuçulmano, fazendo com que alguns se perguntem por que o modo de vida dos muçulmanos é mais protegido contra ofensas do que o "nosso modo de vida".

Militantes palestinos das Brigadas Al-Quds, a ala militar do movimento Jihad Islâmica, uma organização paramilitar islâmica palestina | Foto: Anas Mohammed/Shutterstock

A censura é a parteira da instabilidade e até mesmo da violência. Ao comunicar a determinados setores da sociedade que seu sistema de crenças é tão perfeito que nenhum pobre mortal ou gentalha pode ridicularizá-lo, ela promove a arrogância, a intolerância e o conflito. Privilegia os sentimentos de alguns em detrimento das liberdades de outros, e não existe receita mais clara para a discórdia social do que essa. Se queremos levar a sério o enfrentamento da crise de integração, deveríamos promover a liberdade, não a intolerância. Deveríamos dizer que todo mundo no Reino Unido é livre para acreditar no que quiser, e todos os outros são livres para dizer que essas crenças são bobagem. Esse é o estilo britânico. Liberdade para todos. A liberdade de credo e a liberdade de discordância. Nenhum tratamento especial para ninguém. Isso tem nome: igualdade.

***Brendan O'Neill** é repórter-chefe de política da* Spiked *e apresentador do podcast da* Spiked, *[The Brendan O'Neill Show](). Seu novo livro, [A Heretic's Manifesto: Essays on the Unsayable](), foi publicado em 2023. Brendan está no Instagram: @burntoakboy*

Foto: Shutterstock

| EDIÇÃO 231

Amor não deixa feliz e cheio de energia. O nome disso é açaí

Esse mercado movimenta mais de R$ 6 bilhões por ano só no Pará e não para de crescer

EVARISTO DE MIRANDA · 23 AGO 2024

O açaí é um superalimento, conhecido por suas propriedades antioxidantes e energéticas. Sua fruta de coloração violácea é rica em proteínas, gordura vegetal, vitaminas, minerais e fibras. No passado, o açaí era a comida dos pobres, a base da dieta de ribeirinhos e populações da Amazônia. Hoje, no mundo urbano, o açaí é identificado a uma dieta saudável, consumido por jovens e esportistas. A febre do açaí conquistou paladares mundo afora. O mercado do açaí movimenta por ano mais de R$ 6 bilhões só no Pará, não para de crescer, vive uma extraordinária expansão e intensificação nos sistemas de produção e agregação de valor pela indústria agroalimentar.

Na Amazônia, o açaí (do tupi "*yasa'i*", "fruta a chorar") segue consumido puro, com farinha de mandioca, e acompanha peixes, camarão e carnes. No Brasil, varejistas, lojas, franquias e marcas especializadas multiplicam-se em praças de alimentação, academias, centros comerciais e oferecem muitas formas de açaí: adoçado, com guaraná, frutas, granola, suco, bebida energética, sorvete, creme, polpa congelada e em pó, liofilizado ou desidratado por RWD (*refractance window drying technology*), garantia de pureza e fácil conservação. Processos agroindustriais agregam valor a produtos derivados.

A qualidade do açaí começa a ser conhecida e reconhecida. Em 2023, a marca Tropicool obteve o prêmio Superior Taste Award, um dos mais prestigiados em alimentos e bebidas, do International Taste Institute de Bruxelas, na Bélgica. A premiação teve um júri formado por mais de 200 *chefs* e *sommeliers*.

Em 2023, a marca Tropicool recebeu o prestigiado Superior Taste Award, do International Taste Institute de Bruxelas, reconhecida por sua qualidade de açaí, com um júri composto de mais de 200 *chefs* e *sommeliers* | Foto: Tropicool/Divulgação

Cada vez mais apreciado no exterior, em 2023, só as exportações de cerca de 80 toneladas do creme de açaí atingiram US$ 315 mil. Um crescimento de 41% em relação às 48 toneladas exportadas em 2022. Exportações de produtos derivados têm crescimento exponencial. Em 2023, só o Pará exportou 8,2 mil toneladas de açaí, num valor de US$ 28 milhões, segundo o Núcleo de Planejamento e Estatísticas da Sedap. No primeiro quadrimestre de 2024, já exportou 4,2 mil toneladas, 87% a mais em comparação ao mesmo período de 2023, num valor de US$ 16 milhões. Os principais importadores são EUA (maior processador e exportador mundial de produtos à base de açaí!), Austrália, Japão, Canadá, Europa, Israel, China e países árabes (Certificação Halal). Foram abertos mercados ao açaí em pó nos EUA e Índia, com grande futuro, por ser mais leve e fácil de transportar, sem refrigeração.

Além do Brasil, palmeiras açaí são encontradas na Venezuela, Guianas, Peru, Panamá, Trinidade e Tobago e até em bacias hidrográficas do Pacífico da Colômbia e Equador. Existem açaís diferentes na Amazônia. O principal é o açaí do Pará (*Euterpe oleracea* Mart.), também conhecido como açaí-do-baixo-amazonas, açaí-de-touceira, açaí-da-várzea e açaí-verdadeiro. É a espécie mais destacada do gênero *Euterpe*, dentre as dez registradas no Brasil e as sete amazônicas. Duas outras espécies de açaí são a juçara ou palmiteiro (*Euterpe edulis* Mart.) e o açaí do Amazonas (*Euterpe precatória* Mart.). Ambas apresentam caule único, enquanto o açaí do Pará cresce em touceira com quatro a oito estipes. O gênero botânico *Euterpe*, grupo de elegantes e vistosas palmeiras (Arecaceae), foi descrito a partir do *Euterpe oleracea*.

Em açaí, a hegemonia produtiva é do Pará. O Estado responde por 91% da produção nacional e significativo volume de comercialização interestadual e exportação. Com produtividade média de 7 toneladas por hectare, o açaí movimenta mais de R$ 6 bilhões. Os 144 municípios paraenses produzem açaí. Em destaque: Igarapé-Miri, a 150 quilômetros de Belém, Cametá e Abaetetuba, no Baixo Tocantins. Mais de 26% do açaí do Pará vem de Igarapé-Miri, capital mundial do açaí, pioneira no plantio e manejo desde os anos1990.

Cacho de açaí farto, ainda preso à palmeira | Foto: Shutterstock

Apesar da repartição panamazônica do açaí, o Brasil segue o maior produtor e consumidor. A área de 234 mil hectares aumenta com novos plantios na Amazônia, Centro-Oeste, Nordeste, Espírito Santo e São Paulo. No Amapá, em Calçoene, a Schultz Agroambiental está criando uma enorme fazenda de açaí: 20 mil hectares, 2,7 mil hectares plantados, mais de 2 milhões de açaizeiros e produção de 12 toneladas por hectare/ano. Como adubo, usa o passivo das indústrias de peixes, palha de arroz e compostagem. No Pará, em Curralinho, a Palamaz, numa ilha do Arquipélago de Marajó, em 960 hectares de várzea, a empresa cultiva açaí orgânico, com rastreabilidade e fertilização natural pelas partículas em suspensão nas águas do Amazonas.

Colhido, o ideal para a qualidade é processar o açaí no mesmo dia. Isso exige proximidade de processadoras ou refrigeração. O crescimento do mercado multiplicou investimentos em processadoras. No Amazonas, em Codajaz, a Bellamazon instalou a maior fábrica de processamento de polpa de açaí do Estado. Com a indústria, acabou-se ali o tempo do açaí jogado no rio, perdido por falta de processamento. A sustentabilidade do açaí depende de ampliar a rede de indústrias e melhorar a logística de acesso.

Um pequeno produtor de açaí consegue renda mensal superior a três salários mínimos e até mais, em função de melhorias na produção, colheita e negociação da comercialização

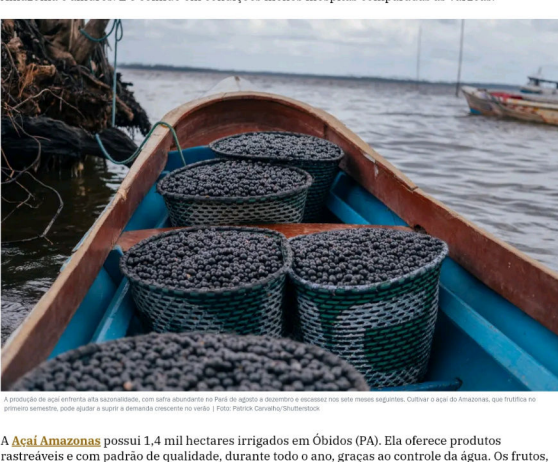
---

Extrativistas, ribeirinhos e produtores expandem e intensificam suas áreas e adotam inovações para atender à demanda. A domesticação efetiva do açaí ainda está em curso. O puro extrativismo representa apenas 10% da produção e deu lugar a palmeirais adensados e/ou enriquecidos com variedades mais produtivas, ricas em antocianinas (seleção massal, novas cultivares da Embrapa...), com outras espécies de interesse agroflorestal (cacau, cupuaçu, bacuri, castanha, uxi...), mecanização, manejo de touceiras etc. Sistemas mais produtivos, como da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açu (PA), são sustentáveis, recuperam terras degradadas, aliviam a pressão predatória em palmeiras nativas ou até por queimadas, como no noroeste do Maranhão.

Floresta de açaí na Amazônia | Foto: Pedro Magrod/Shutterstock

O cuidado com a qualidade dos frutos na colheita e tratamentos pós-colheita asseguram preços melhores. Um pequeno produtor de açaí consegue renda mensal superior a três salários mínimos e até mais, em função de melhorias na produção, colheita e negociação da comercialização. No Pará, produtores criaram a Associação Açaí da Amazônia (Amaçaí) e a Cooperativa Central Açaí da Amazônia para incentivar pesquisas, relacionar-se com governos e buscar soluções para incrementar a produção, industrialização e comércio.

Um dos maiores desafios do açaí é a alta sazonalidade da produção. Comandada pelo clima, o açaí do Pará é abundante de agosto a dezembro. Durante a entressafra, cerca de sete meses, o produto é escasso. O açaí do Amazonas (*Euterpe precatória* Mart.) produz no tempo da entressafra do açaí do Pará, no primeiro semestre. Expandir sua exploração e cultivo ajudará a atender parte da demanda local, aumentada durante o verão.

O preço chega a ser três vezes mais alto na entressafra. Esse valor ajuda a viabilizar a irrigação, cujos investimentos são altos. Ela garante a produção na entressafra e em regiões quentes mais secas (cerrado e caatinga). O açaí irrigado representa 10% da produção, está em expansão na Amazônia e alhures. E é colhido em condições menos inóspitas comparadas às várzeas.

A produção de açaí enfrenta alta sazonalidade, com safra abundante no Pará de agosto a dezembro e escassez nos sete meses seguintes. Cultivar o açaí do Amazonas, que frutifica no primeiro semestre, pode ajudar a suprir a demanda crescente no verão | Foto: Patrick Carvalho/Shutterstock

A Açaí Amazonas possui 1,4 mil hectares irrigados em Óbidos (PA). Ela oferece produtos rastreáveis e com padrão de qualidade, durante todo o ano, graças ao controle da água. Os frutos, colhidos no ideal da maturação, são processados rapidamente, com tecnologia de processo a frio.

No cerrado, a Codevasf tem um projeto de 3 mil hectares irrigados de açaí em municípios de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal (DF), com mais de 10% implantados. O açaí fez parte do circuito de fruticultura na AgroBrasília em 2023. A paulista Aida Kanako Ashiuchi Cardoso, agricultora e agrônoma, faz parte dos 38% de mulheres produtoras rurais cadastradas do DF, produz e comercializa açaí e afirma: "O cerrado também produz açaí. É só cuidar".

No semiárido, a Fazenda Special Fruit, de Suemi Koshiyama, produz e exporta frutas no Vale do São Francisco, e agora investe no açaí irrigado em Juazeiro (BA). De um experimento de 10 hectares, planeja uma expansão para 100 hectares. A aplicação controlada de nutrientes, o manejo da água e uma luminosidade superior à da Amazônia garantem alta produtividade. E ajudam a cobrir os custos da irrigação, como já ocorre com a manga e a uva.

O mercado de consumo do açaí cresce de 15% a 20% ao ano. Em 2023, a Polpanorte, do Paraná, capaz de processar 160 toneladas de açaí por dia, se tornou a maior produtora de açaí do Brasil. Fornece uma dúzia de produtos e, em 2023, faturou cerca de R$ 420 milhões, 30% a mais em relação a 2022. Como ela, outras empresas primeiro processam o açaí na Amazônia e depois transportam em caminhões refrigerados para industrializar no Sul e Sudeste.

O mercado de açaí cresce de 15% a 20% ao ano. Em 2023, a Polpanorte (PR), que processa 160 toneladas diárias, se tornou a maior produtora de açaí do Brasil | Foto: Shutterstock

O nome botânico "*Euterpe*", do gênero do açaí, evoca à Grécia Antiga e lhe é adequado. Na mitologia, o prolífico Zeus teve nove filhas com Mnemósine, deusa da memória e da lembrança. Sim. *Todes* mulheres. Dentre elas, Euterpe ("Εὐτέρπη – εὖ", "bem ", + "τέρπειν", "agradar"), "aprazível". Seu atributo iconográfico era o aulo, instrumento de sopro. O aprazível atrai a atenção. *Essa faculdade é indispensável à experiência estética.* Sem a atenção prazerosa, não há como apreciar cor, forma, som, sabor... Na Grécia Antiga, Euterpe e suas irmãs eram as padroeiras da Paidéia, a formação (educação) plena do Humano para a vida na *polis*. E para isso está o aprazível e rutilante açaí.

Na *polis* amazônica, o açaí é um antídoto de mercado para manter e recuperar a cobertura florestal, com geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população local. O açaí avança, por muitos caminhos, longe de interesses escusos e do nhenhenhém de ONGs ambientalistas, governos estrangeiros, artistas e entendidos de Amazônia. Pode ser freio à devastação. Como se diz no Maranhão: "Tigela de açaí e charque assado, vai encostando o machado".

Artigo dedicado ao pesquisador e escritor Alfredo Kingo Hoyama Homma.

No dia 26 de agosto de 1944, multidões se alinharam na Champs-Élysées para ver as forças da 2ª Divisão Blindada Francesa do general Leclerc passarem pelo Arco do Triunfo, depois que Paris foi libertada | Foto: Cortesia US Library of Congress

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

EDIÇÃO 231

Imagem da Semana: o Dia da Libertação

Tropas francesas e americanas libertaram Paris da ocupação nazista no final de agosto de 1944

DANIELA GIORNO · 23 AGO 2024

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

No dia 25 de agosto de 1944, o comandante militar alemão na capital francesa, general Dietrich von Choltitz, desobedeceu às ordens de Adolf Hitler para destruir a cidade, baixou o estandarte negro de seu QG no famoso Hôtel Le Meurice — ainda hoje um dos hotéis mais luxuosos da França — e se rendeu ao comandante francês, general Philippe Leclerc. Há 80 anos Paris se libertava da ocupação nazista.

Depois de derrotar as forças alemãs na Normandia, os Aliados avançaram pela França, tentando alcançar as tropas alemãs em retirada. A libertação de Paris não era prioridade, até pelo risco de danificar a cidade. No entanto, em 19 de agosto de 1944, a resistência francesa causou uma revolta contra os alemães. Choltitz recebeu ordens para esmagar a insurreição e destruir a cidade, assim como os alemães fizeram em Varsóvia.

Parisienses atrás de uma barricada durante a insurreição, em agosto de 1944 | Foto: Cortesia Mémorial de Caen

Para evitar o desastre, Charles de Gaulle insistiu em interferir. O Comando Aliado enviou a 2ª Divisão Blindada Francesa do major-general Leclerc, apoiada pela 4ª Divisão de Infantaria dos Estados Unidos, do major-general Barton. Um primeiro grupo conseguiu infiltrar-se no coração de Paris na noite de 24 de agosto.

Choltitz tinha longa experiência militar e um histórico de combate respeitável, mas não tinha qualquer chance com a sua pequena força de 20 mil homens contra 3 milhões de cidadãos franceses, especialmente agora que as forças aliadas tinham entrado na cidade. Sabia que não conseguiria manter o controle da capital. E, tal como os Aliados, não desejava ver Paris reduzida a escombros. Acabou sendo persuadido por Raoul Nordling, o cônsul-geral da Suécia, país neutro na guerra, a baixar as armas.

No dia 25 de agosto, as forças francesas e americanas foram calorosamente recebidas pelos parisienses. Choltitz e sua equipe foram capturados no Hôtel Le Meurice. A capitulação foi assinada no Departamento de Polícia Île de la Cité. Depois disso, Choltitz foi levado para a estação ferroviária de Montparnasse, de onde ordenou a rendição de suas tropas. A cidade das luzes foi finalmente libertada após quatro longos anos de ocupação alemã.

A libertação de Paris foi mais um duro golpe para Hitler. Ainda haveria muito a fazer e um longo caminho até Berlim, mas sobravam razões para comemorar. Paris estava em festa.

Enquanto as tropas aliadas entram em Paris, em 26 de agosto de 1944, multidões comemoram na Place de la Concorde e se espalham para se proteger de pequenos grupos de atiradores alemães restantes | Foto: Cortesia do Arquivo Nacional dos EUA

Rachel Spreiregen, na época uma garota judia francesa de 17 anos — sobrevivente do Holocausto graças a documentos falsos —, estava caminhando perto do hotel quando as tropas francesas livres chegaram. Ela relatou em 2004, 60 anos depois, para o Jornal **Washington Post** o seguinte:

"As ruas antes desertas começaram a se encher de parisienses. A multidão (...) espontaneamente irrompeu em La Marseillaise, enquanto oficiais alemães, sem chapéu, mãos no ar, marcharam pela Avenue de l'Opéra. O pesadelo acabou. Fiquei impressionada com a magnitude do evento que estava testemunhando. A máquina de guerra alemã não era invencível afinal e, para mim, foram os homens do Dia D que fizeram a diferença. A eles devo minha liberdade e minha vida."

Muitos franceses acreditavam que a Alemanha ia ganhar a guerra e já tinham perdido a esperança por dias melhores, mas o ceticismo era impossível para Spreiregen. "Estávamos presos em uma corrida mortal entre aqueles que nos descobririam e nos enviariam para os campos de concentração e aqueles que carregavam com eles nossa esperança de vida — os soldados aliados", disse.

O general Charles de Gaulle e sua comitiva passeiam orgulhosamente pela Champs-Élysées até a Catedral de Notre Dame para uma cerimônia de Te Deum após a libertação da cidade, em 25 de agosto de 1944 | Foto: Cortesia do Museu Imperial da Guerra

Um grande desfile foi realizado, no dia 26 de agosto, partindo do Arco do Triunfo, descendo pela Avenida Champs-Élysées e prosseguindo até a Catedral de Notre Dame. Os parisienses saudaram o novo presidente do Governo Provisório da República Francesa, Charles de Gaulle, com grande entusiasmo. A França recuperou a sua unidade nacional e soberania.

Muitas das ruas da cidade foram renomeadas em homenagem aos seus defensores, e as muralhas da cidade ostentam cerca de 500 placas em homenagem às vítimas da Libertação.

Daniela Giorno *é diretora de arte de* **Oeste** *e, a cada edição, seleciona uma imagem relevante na semana. São fotografias esteticamente interessantes, clássicas ou que simplesmente merecem ser vistas, revistas ou conhecidas.*

O empresário Cassius Leal é o convidado do programa **Papo com Ela** desta semana | Foto: Revista Oeste

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

| EDIÇÃO 231

'O empreendedor brasileiro é um sobrevivente'

O empresário Cassius Leal foi o convidado do programa **Papo com Ela**

REDAÇÃO OESTE · 23 AGO 2024

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

Cassius Leal nasceu em 1970 em Mogi das Cruzes, São Paulo. Estudou em escola pública, formou-se em administração pela USP, fez pós-graduação na Califórnia e MBA em Chicago. Morou alguns anos em Londres e em Madri, ainda para estudar, até voltar ao Brasil e ficar por 15 anos no mercado financeiro.

Cassius ficou conhecido do público brasileiro fã de televisão ao participar do programa *Shark Tank*, em 2020. No episódio de que participou, Cassius conquistou aporte financeiro de um dos "tubarões" e teve propostas de outros cinco apresentadores.

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

Durante o programa **Papo com Ela**, ele contou como foi o caminho para alcançar o sucesso na vida profissional.

Antes de se tornar empresário, contador e palestrante, Cassius chegou a dormir por meses na rodoviária. Nessa época, comia restos de alimentos deixados em praças de alimentação e, um dia, pegou uma alta quantia de dinheiro emprestada com um colega para pagar seus estudos.

Em suas palestras, ele divide estratégias de como melhorar a vida econômica e ensina sobre investimentos.

---

*Apresentado por **Adriana Reid**, o programa de entrevistas **Papo com Ela** vai ao ar todas as terças-feiras, às 20h30, nos canais da Revista Oeste e Umbrella Mídia, no YouTube.*